

Relatório de Término de Projeto

PCR

Projeto BR0345

Nome do Projeto: *Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal*

País: *Brasil*

Setor/Subsetor: *Água e Saneamento*

Equipe de Projeto Original: *Hugo de Oliveira, (RE1/EN1), Chefe da Equipe; Antonio Almagro, Antonio Rossin e Mario Gallego (RE1/EN1); Bernadete Buchsbaum (LEG); Antonio Paz (COF/CBR); Colaboração de Camilo Garzón (RE2/EN2); Efrain Rueda (RE3/EN3) e Manuel Pizarro (RE3/EN3)*

Número(s) de Empréstimo(s), CT(s): *1288/OC-BR*

Data do QRR: *30 de novembro de 2009*

Data de Aprovação Final: *9 de dezembro de 2009*

Equipe PCR: Autor(a) Principal e Membros:

*Patricio Naveas, Especialista Setorial em Saneamento
Mônica Merlo, Especialista Financeira
Benard Darnel, Consultor*

Acrônimos e Abreviações

ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ADASA	Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal
ARSEP	Agência Reguladora de Serviços Públicos (Atualmente, no DF a ADASA) I
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BL	Base Line (linha de base de dados)
CEF	Caixa Econômica Federal
CELAF	Centro de Licenciamento Ambiental Federal
CGU	Controlaria Geral da União
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EOP	End of Project
ESEC	Estações Ecológicas
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IP	Implementação do Projeto (BID)
IPTU	Imposto Territorial Urbano
ISDP	Informativo do Sistema de Desempenho do Projeto (BID) (também PPMR)
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OD	Objetivo de Desenvolvimento (BID)
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCR	Project Completion Report (BID)
PGIRH	Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
PPA	Plano Plurianual
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PPMR	Project Performance Monitoring Report
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEDUMA	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente
SEMARH/DF	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (extinto em 2007 com a criação da SEDUMA)
SIG/DF	Sistema de Informações Gerenciais
SO	Secretaria de Estado de Obras DF
SFC	Secretaria Federal de Controle
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SLAF	Sistema de Licenciamento Ambiental Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UGL	Unidades de Gerenciamento Local (CAESB e NOVACAP)
UGP	Unidade de Gestão do Programa (Secretaria de Obras do DF)

Índice

I. Informação Básica	1
a. Contexto do Projeto	2
b. Descrição do Projeto	4
c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável) N.A.....	5
III. Resultados.....	5
a. Efeitos Diretos	5
b. Externalidades	8
c. Produtos.....	9
d. Custos do Projeto.....	12
IV. Implementação do Projeto.....	13
a. Desempenho do Mutuário/Agência Executora	14
b. Desempenho do Banco.....	14
V. Sustentabilidade	15
a. Análise de Fatores Críticos	15
b. Riscos Potenciais	15
a. Capacidade Institucional.....	15
VI. Monitoramento e Avaliação.....	16
a. Informação sobre Resultados.....	16
b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	16
VII. Lições Aprendidas	16
Classificação de desempenho do Mutuário no Projeto	39
Desempenho do Mutuário durante a preparação do Projeto	39
Desempenho do Mutuário durante a execução do Projeto	40
Desempenho do Banco durante a Preparação e Supervisão do Projeto	40
Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco	41

Anexos

1A e 1B	Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento	18
2	Ata do Seminário Técnico de Encerramento do Projeto	20
2ª	Programa do Seminário de Encerramento	22
2B	Lista dos Participantes	24
2C	Constituição dos Grupos de Trabalho de Seminário	26
2D	Resumo das Informações dos Grupos de Trabalho	28
3	Avaliação do Mutuário	39
4	Alteração Contratual Nº 1 e 2	42
5	Resumo Executivo, Pesquisa de Satisfação de Moradores em Mestre d'Armas	49
6A	Estrutura Organizacional do Programa	55

6B	Estrutura, Subprogramas, Componentes e Atividades do Programa	56
6C	Quantitativos do Subprograma II (Pavimentação e Drenagem)	57
6D	Ações para redução de perdas de água	58
7	Informações institucionais (CAESB, ADASA, IBRAM)	59



I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

No. PROJETO: BR0345	TÍTULO: Programa de Saneamento Básico no DF
Mutuário: Distrito Federal da Republica Federativa do Brasil	Data da Aprovação pelo Diretório: 06 de dezembro de 2000
Agência Executora (AE): Secretaria de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal	Data da Vigência do Contrato de Empréstimo: 11 de junho de 2001
Empréstimo (s): 1288/OC-BR	Data do Primeiro Desembolso: 23 de novembro 2001
Setor: Água e Saneamento	Meses em Execução:
Instrumento de Empréstimo:	* Desde a aprovação: 109
Investimento. Especifico	* Desde a vigência do contrato: 103
	Períodos de Desembolso
	Data Original de Ultimo Desembolso: 11 de junho de 2006
	Data Atual de Ultimo Desembolso: 11 de junho de 2009
	Extensão Acumulada (Meses): 36
	Montante do Empréstimo(s)
	* Montante Original: 130,000,000
	* Montante Atual: 130,000,000
	* Pari Passu (se aplicável): 50%
	Houve Redirecionamento de recursos de [] para [] este projeto?
	[x] N/A (Favor marcar opção correspondente)
	Montante US\$: - 0 -
	Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:
	N/A
	Numero de Projeto(s) ou subempréstimo de onde foram redirecionados:
	Montante US\$:
Investimento Combate a Pobreza (PTI): Não	Desembolsos
Equidade Social (SEQ): Sim	* Montante atual: 130,000,000 (100 %)
Classificação Ambiental: A, B, ou C	Custo total do projeto (estimativa original): 260,000,000
O Relatório de Impacto Social e Ambiental foi aprovado pelo CESI/TGR em 22/09/2000 e as recomendações foram incorporadas na preparação do Projeto.	Em estado de "Alerta"
	Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não
	Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
	Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável): N/A

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório(MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório(I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)



II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

1. Segundo dados do IBGE, no ano da transferência da Capital, em 1960, a população total residente do Distrito Federal somava 141.742 pessoas. Os idealizadores e arquitetos de Brasília tinham projetado a nova Capital e seu entorno para uma população de aproximadamente meio milhão de habitantes. Em apenas uma década esse marco já tinha sido ultrapassado. Durante as três décadas seguintes, a população do DF aumentou de 537.492 em 1970 para 1.176.935, em 1980, 1.601.094 em 1991, e alcançou a cifra de 2.051.146 habitantes em agosto do ano 2000. A população atual do DF, em 2009, situa-se em torno de 2.45 milhões de habitantes.
2. No ano 2000, o saneamento no DF serviu 91% da população com abastecimento de água potável e 88% com esgotamento sanitário. Entretanto, apesar de que esses valores se situassem muito acima da média de outras cidades do Brasil, ficou evidente que aproximadamente 180 mil habitantes do DF não receberam água encanada, e mais de 200 mil pessoas espalhadas em dezenas de condomínios e expansões nas cidades administrativas e no Plano Piloto, não tiveram conexão as redes de esgotamento sanitário; o nível de tratamento de águas servidas ficou em 62%, ainda muito inferior ao nível desejado e aceitável.
3. Devido ao crescimento populacional expressivo e, muitas vezes, desordenado, com ocupação de áreas sem infra estrutura, que vinha ocorrendo no Distrito Federal na década dos anos de 1990 e antes, o Governo local constatou a necessidade premente de prover as áreas das ocupações e expansões com a devida infra-estrutura sanitária. Em cinco cidades do DF existia urgência de pavimentação e de obras de drenagem e contenção de erosão. Também faltou um marco regulador e institucional para os recursos hídricos do DF e para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para viabilizar esses múltiplos empreendimentos, o Governo do DF buscou o apoio financeiro do BID. (Projetos anteriores no setor de saneamento: BR0030 Fase I, Projeto Rio Descoberto, aprovado em 1971; BR0071 Expansão dos Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário, aprovado em 1987 e um projeto no DF, no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento – PROSEGE, empréstimos 622/OC-BR e 856/SF-BR, aprovados em 1992).
4. Em 06 de dezembro de 2000, a Diretoria do BID aprovou o financiamento de USD 130 milhões para o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal. As partes assinaram o Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR em 11 de junho de 2001, data em que o mesmo entrou em vigência. A previsão do aporte do Governo do DF também era USD 130 milhões, para um custo total do programa estimado em USD 260 milhões.
5. O Objetivo de Desenvolvimento do Programa foi definido como *“contribuir para a melhoria das condições sanitárias dos moradores do Distrito Federal, mediante a expansão da infra-estrutura sanitária existente e o fortalecimento das instituições que participam na prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, preservação do meio ambiente e gestão dos recursos hídricos.”*
6. Consoante com o mencionado objetivo, o Programa foi estruturado em três subprogramas: (1) aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgoto; (2) controle de erosões e inundações e (3) melhoria do marco regulador dos serviços públicos e da gestão dos recursos hídricos e ambientais.
7. A Secretaria de Estado de Obras do DF foi designada como Órgão Executor, a Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB como Co-executora para o Subprograma 1, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP como Co-executora do Subprograma 2, relativo às obras de drenagem e pavimentação em cinco cidades do DF. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, por meio do IBRAM, foi o responsável técnico pelos empreendimentos do Subprograma 3. Com a implantação da ADASA – Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, em junho de 2004, o Subprograma 3 passou a contar também com o apoio técnico desta Agência, com relação aos componentes Plano de Gerenciamento Integrado (PGIRH) e Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.
8. No que tange outros aspectos do contexto, na implementação do Programa, houve a necessidade de ampliar o prazo de execução de cinco para oito anos, em grande parte, devido a fatores alheios ao controle do Órgão Executor tais como a mudança de governo em 2006/2007. O desenvolvimento do Projeto nos anos de 2001 a 2005 da gestão do Governo do Distrito Federal, que havia pleiteado o financiamento ocorreu satisfatoriamente e com a maior celeridade das providências necessárias para a execução do Projeto. Entretanto, no último ano da gestão daquele Governo, 2006, devido às características próprias de ano eleitoral, surgiram dificuldades administrativas que surtiram atrasos na execução.



9. Em 2007, o novo Governo do DF se organizou com cortes drásticos de orçamento e pessoal em todos os setores, entretanto, proporcionou que a equipe gestora do Projeto, com representantes da Secretaria de Obras e dos demais órgãos envolvidos, Co-executoras, CAESB e NOVACAP e, ainda o IBRAM e ADASA, desse continuidade às ações necessárias para retomar o ritmo de execução do Projeto. Além das dificuldades com as condições pré- e pós-eleitorais, também houve atrasos imprevistos ao longo do Programa relacionados com licitações, rescisão de alguns contratos, atrasos com os processos de licenciamento ambiental, e atrasos na execução de algumas obras complexas tais como travessias em terrenos brejosos e/ou de preservação ambiental, ou a execução de reformas na principal estação de tratamento de água de Brasília, sem que houvesse interrupção do abastecimento.
10. Resalvado o tema do aumento do prazo para a execução, o compromisso do Governo anterior e do Governo atual do DF com o Programa de Saneamento Básico no DF, foi fator fundamental para o sucesso do Programa. Da mesma forma, amplamente evidenciado pelos resultados do Programa, destacam-se a boa gestão do Órgão Executor e dos Co-Executores, e o interesse e suporte das Secretarias e entidades do Governo envolvidos no Programa bem como da população beneficiada.
11. Hoje, o DF conta com 99,4% da população servida com água potável e 93,7% com conexões de esgotamento sanitário. O nível de tratamento de águas servidas alcançou 100%. A balneabilidade do Lago Paranoá foi restaurada em 95% da sua extensão. Cinco cidades administrativas, abrigando aproximadamente 500 mil habitantes, tiveram a qualidade de vida melhorada com ruas pavimentadas, a infra-estrutura de drenagem, e a eliminação de poeira no período seco e de lama e enchentes na estação das chuvas. O Programa contribui para estudos e consultorias importantes, reformas institucionais e o aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e técnicos em praticamente todas as entidades envolvidas. O Programa foi catalítico na criação da ADASA, que hoje regula e supervisiona não apenas o setor de saneamento e de recursos hídricos mas também: (i) drenagem e manejo de água pluvial em áreas urbanas; (ii) a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos; (iii) gás canalizado no DF; (iv) o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes; e (v) os serviços e instalações de energia elétrica no DF.
12. Em resumo, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal alcançou resultados substanciais de desenvolvimento. De acordo com os critérios do Banco para a classificação do desempenho de projetos, justifica-se a classificação "OD" (Objetivo de Desenvolvimento) mais alta, ou seja, que o alcance dos objetivos de desenvolvimento do Programa é considerado "Muito Provável".



b. Descrição do Projeto

i. Objetivo(s) de Desenvolvimento

Contribuir para a melhoria das condições sanitárias dos moradores do Distrito Federal, mediante a expansão da infraestrutura sanitária existente e o fortalecimento das instituições que participam na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e na preservação do meio ambiente e gestão dos recursos hídricos. (Anexo A, Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR).

Não houve alteração do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto estabelecido na Proposta de Empréstimo e no Anexo A do Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR.

ii. Componentes

O Programa foi estruturado em três Subprogramas:

SUBPROGRAMA I: Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgoto.

Componentes:

- (i) **Água:** Investimentos em:
 - Obras de reabilitação da estação de tratamento de água de Brasília;
 - Construção da estação de tratamento de água de Contagem-Paranoazinho, em Sobradinho;
 - Melhorias na adutora de Contagem;
 - Construção e ampliação de reservatórios em Sobradinho;
 - Construção e melhoria de redes de abastecimento de água em diversos conjuntos habitacionais de populações de baixa renda;
 - Setorização e adequação das redes de distribuição de água do Lago Sul;
 - Conclusão do sistema de abastecimento de Pipiripau.
- (ii) **Esgoto Sanitário:**
 - Investimentos em obras de redes de esgoto, estações elevatórias, linhas de recalque e interceptores em Gama, Planaltina, Lagos Sul e Norte;
 - Construção de estações de tratamento de esgotos e emissários finais dos sistemas Melchior e Gama.
- (iii) **Aumento da Eficiência Administrativa:**
 - Elaboração de um estudo de planejamento estratégico para reorganização da CAESB, modernização de seu setor comercial, atendimento ao público, e melhoramento de eficiência;
 - Consultoria para apoiar a privatização de até 49% das ações que compõem o capital da CAESB;
 - Consultoria para apoiar a CAESB na elaboração de seu Plano Diretor de Água e Esgoto.

SUBPROGRAMA II: Controle de Erosão e Inundações

Este Subprograma compreende investimentos em obras de pavimentação de ruas e drenagem de águas pluviais nas localidades de Santa Maria, Samambaia, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo II.

SUBPROGRAMA III: Melhoria do marco regulador dos serviços públicos e da gestão dos recursos hídricos e ambientais

O Subprograma compreendendo o financiamento das seguintes atividades:

- Implantação de uma unidade reguladora da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Implantação da Agência Distrital de Recursos Hídricos do Distrito Federal e Programa de Gestão;
- Implantação do Programa de Gestão Ambiental do Distrito Federal, Plano de Monitoramento Ambiental da Bacia do Lago Paranoá e Projeto de Proteção da Estação Ecológica de Águas Emendadas;
- Implantação do Programa de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Observações:

1. Não houve reestruturação dos Subprogramas I e II. No âmbito do Subprograma III, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento – ADASA, integrando duas metas originalmente previstas: (i) estabelecimento de uma Unidade Reguladora da prestação de serviços de água e esgoto sanitário, e (ii) implantação da Agência Distrital de Recursos Hídricos.



2. Foram efetuadas duas alterações contratuais: A Alteração nº 1, com data de 29.06.2006, introduziu as disposições do GN-2349-6 e GN-2350-6, relativas às novas Políticas do Banco para a aquisição de obras e bens e de serviços de consultoria. A Alteração nº 2, com data de 15.12.2006, ajustou o Quadro de Custo e Financiamento do Anexo A do Contrato de Empréstimo (Cópias no Anexo 4, p.41 do PCR).

c. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável) N.A.

Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry")			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)

SUBPROGRAMA I: Contribuir para a melhoria das condições sanitárias dos habitantes do Distrito Federal mediante a expansão da infra-estrutura sanitária existente e o fortalecimento das instituições envolvidas na prestação de serviços.

A. Efeito Direto: Qualidade de água nos corpos receptores melhorada

Efeitos Diretos Planejados:

LB = Linha de Base 06 de Dez. de 2000EOP = End of Project Target

Indicador

LB06 dez. de 2000

EOP Target31 junho de 2009

EOP Result30 de junho de 2009

1. Reduzir a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) no Rio Melchior(MC 01)

276 mg/l

11 mg/l

5,0 mg/l

2. Elevar a quantidade de Oxigênio Dissolvido (OD) no Rio Melchior (MC 01)

0 mg/l

4 mg/l

4,7 mg/l

3. Reduzir a quantidade de coliformes fecais no Rio Melchior (MC 01)

1,23 E+7 NMP/100ml

2,72 E+3 NMP/100ml

2,42 E+4 NMP/100ml

4. Reduzir a DBO no Rio Melchior (MC02)

276 mg/l

11mg/l

10mg/l

5. Elevar a quantidade de Oxigênio Dissolvido (OD) no Rio Melchior (MC02)

0mg/l

4 mg/l

4,9 mg/l

6. Reduzir a quantidade de coliformes fecais no Rio Melchior (MC 02)

1,23 E+07 NMP/100ml

2,72 E+03 NMP/100ml

2,42 E+04 NMP/100ml

7. Reduzir a DBO no Ribeirão Ponte Alta

85 mg/l

8 mg/l

2,0 mg/l

8. Elevar a quantidade de Oxigênio Dissolvido (OD) no Ribeirão Ponte Alta

6 mg/l

7 mg/l

6,8 mg/l

9. Reduzir a quantidade de coliformes fecais no Ribeirão Ponte Alta

2,34E+07 NMP/100ml

2,41E+04 NMP/100ml

5,54E+02 NMP/100ml

B. Efeito Direto: “Reduzida a incidência de doenças transmitidas pela água e por ausência de saneamento básico”.

Efeitos Diretos Planejados:

Redução do número de consultas por motivo de diarreia aguda (DDA) em crianças menores de 5 anos de LB 9,000/ano para EOP 1.500/ano.

Obs.

A pesquisa não se viabilizou visto que o indicador não retrataria a real situação das localidades beneficiadas pelo Programa e, portanto, não teria permitido uma atribuição certa dos seus efeitos.

Como alternativa, em junho de 2006, com anuência do Banco, o indicador foi substituído por pesquisa de satisfação da população beneficiada pelas intervenções da CAESB, em Mestre d'Armas, bairro de famílias de renda baixa da Região Administrativa IV de Planaltina.

IMPACTO RELATIVO A UTILIZAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE APÓS A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DA CAESB

UTILIZAÇÃO DO POSTO

ANTES

APÓS

PERCENTUAL REDUÇÃO

RARAMENTE

132

226

71,21%

UM VEZ POR MÊS

59

17

-71,19%

DUAS VEZES POR MÊS

29

2

-93,10%

UMA VEZ POR SEMANA

21

0

-100,00%

MAIS DE UMA VEZ POR SEMANA

8

4

-50.00%

Efeitos Diretos Obtidos

A pesquisa de satisfação da população beneficiada pelas intervenções em Mestre d'Armas, foi concluída em julho de 2009. De um total de 3.687 residências, foi escolhida aleatoriamente, uma amostra de 249 residências e entrevistados. Entre outras informações pertinentes, apresentadas no Resumo Executivo, Capítulo de Conclusões e tabelas (Anexo 5, p49 do PCR), a pesquisa mostrou os seguintes resultados (Tabela 31 e 33 da Pesquisa) no que tange a opinião dos entrevistados sobre as melhorias na área de saúde, e a informação sobre frequência de visitas ao Posto de Saúde, antes e depois da implantação dos sistemas da CAESB:

IMPACTO RELATIVO A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DA CAESB

DOENÇAS

IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS

PERCENTUAL REDUÇÃO

HEPATITE

32

2

-93,75%

DIARRÉIA

171

22

-87,13%

ANEMIA

17

2

-88,24%

PNEUMONIA

35

8

-77,14%

VERMINOSE

119

9

-92,44%

DENGUE

66

50

-24,24%

MENINGITE

15

1

-93,33%



Fonte: TABELA 33,da mencionada pesquisa de satisfação de moradores do Bairro Mestre d’ Armas da Região Administrativa de Planaltina.	DOENÇA DE PELE	88	8	-90,91%
	OUTRA	12	2	-83,33%
	TOTAL	555	104	-81,26%

Fonte: TABELA 31, da mencionada pesquisa de satisfação de moradores do Bairro Mestre d’ Armas da Região Administrativa de Planaltina. Vale salientar que Mestre d’Armas, além de saneamento, foi beneficiada com obras de pavimentação no âmbito de outro programa da Secretaria de Obras do DF, contribuindo para os citados resultados.

C. Efeito Direto: “A eficiência da CAESB na prestação de serviços melhorada”	
Efeitos Diretos Planejados:	Efeitos Diretos Obtidos
<div>1. Elaboração do Planejamento Estratégico da CAESB e implantação de suas recomendações.</div> <div>2. Elaboração e Implementação de Plano Diretor de Água e Esgoto.</div> <div>3. Certificação ISO 14.001 da ETA Descoberto e ETE Asa Norte.</div> <div>4. Índice de perdas de água reduzido de 24 para 20% até o final do Programa.</div> <div>5. O número de empregados reduzidos de 3900 para 3350, em 2004.</div> <div>6. Elevação do índice de cobertura de custos de O&M+D de 117% em 2001 a 121% em 2005, e o índice de arrecadação sendo mantido acima de 90% do faturamento.</div> <div>7. Manutenção do coeficiente de endividamento abaixo de 35%.</div>	<div>1. Plano Estratégico em vigor desde dezembro de 2002, revisado periodicamente para atender o contexto atual da Companhia.</div> <div>2. Revisão do Plano Diretor concluído em 2004 e atualização em 2007.</div> <div>3. Em função de obras em andamento, não foi possível o atendimento a esta meta até junho de 2009. A certificação ISO para as mencionadas instalações deve ser alcançada em 2010.</div> <div>4. As perdas ainda variam entre um setor e outro, na faixa de 20 a 30%. Entretanto, os investimentos realizados em obras, tecnologia, recursos humanos e a educação do consumidor, pelo atual e outros programas da CAESB, auguram bem para a redução gradativa até alcançar o benchmark internacional de 20% (Anexo 6D, p57).</div> <div>5. O número total de empregados da CAESB (próprios e terceirizados), em junho de 2009, era de 2.456. Desde o final de 2005 a CAESB está cumprindo a meta estabelecida. A relação entre o número de ligações de água e esgotamento sanitário e o número de empregados da Empresa e de serviços de manutenção terceirizados, melhorou expressivamente de 175 ligações por funcionário e terceirizado em 2001 para 411 ligações em maio de 2009.</div> <div>6. Durante a vigência do Programa, em média, os valores mensais dos índices de cobertura de custos têm se mantido acima do previsto. Eficiência de arrecadação: 2001 - 91%; 2003 -100%; 2005 – 99,6%; 2007 - 98%; 2008 - 97,9%, e maio 2009 – 95,5%.</div> <div>7. Durante o período entre jun/2001 e jun/2009, o índice de endividamento passou de 33,84% para 54,95%. De acordo com os registros contábeis constantes do Balanço Patrimonial da Empresa, entre as condições que contribuíram para o aumento destacam-se: (a) elevado custo de empréstimos de capital de giro para despesas com empreiteiros e obras; (b) gastos com o Programa de Demissão Voluntária; (c) aumento de despesas com serviços de terceiros; (d) aumento da carga tributária, que representou 6% dos custos em 2002, e que hoje representa 22%; incluindo aumento de encargos sociais que vêm ocorrendo desde 2004 e o aumento da provisão de férias, do 13º salário e licença prêmio, devido ao novo plano de cargos e salários; (e) outras contingências fiscais como, por exemplo, dívidas relativas a ISS desde 2003, atualizadas e renegociadas e sendo pagas a partir de jan/2007.</div> <div>Outros Efeitos Diretos Obtidos (Fonte: Balanço 2008 CAESB)</div> <div>i. Nível de atendimento ao público aumentado: Água: de 91,7% em 2001 para 99,4% em julho/ 2009; Esgoto: de 87,7% em 2001 para 93,7% em julho de 2009;</div> <div>ii. Índice de Continuidade e Regularidade do Abastecimento de água mantido nos últimos 5 anos entre 98 e 99%;</div> <div>iii. Índice de hidrometração em julho de 2009, 99,8</div> <div>iv. O índice de Produtividade Energética, dos sistemas de água, nos últimos 5 anos, mantidos na faixa de 0,35 a 0,37 Kwh/1000m³, sendo que o valor de referência é menor ou igual a 0,5 Kwh/1000m³;</div> <div>v. O custo operacional de tratamento de esgoto passou de R\$ 0,65/m³ em 2007 para R\$ 0,57/m³ em 2008;</div> <div>vi. A balneabilidade do Lago Paranoá restaurada em 95% da sua extensão de 1.050 km².</div>



SUBPROGRAMA II: Controle de Erosão e Inundações.

PROPOSITO: Eliminar o problema de inundações e/ou erosões causadas por chuvas intensas em 10 pontos críticos.

Efeitos Diretos Planejados:	Efeitos Diretos Obtidos
<ol style="list-style-type: none">1. Eliminar o problema de drenagem pluvial e de inundações em cinco localidades carentes de infra-estrutura de drenagem (Santa Maria, São Sebastião, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II).2. Eliminar o problema de erosões em cinco localidades carentes de infra-estrutura de pavimentação das vias urbanas (Santa Maria, São Sebastião, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II).	<p>1 e 2. Desde dezembro/2006, todos os dez pontos encontram-se ajustados.</p> <ul style="list-style-type: none">- Inexistência de registros pela Defesa Civil ou de relatos na mídia sobre eventos de inundações, na época de chuva 2006/2007 e 2007/2008 nas mencionadas localidades beneficiadas com obras de drenagem e pavimentação.- Erosão efetivamente contida em todos os pontos críticos. (Anexo 6C, p.56) <p>Outros Efeitos e Impactos (testemunhal de moradores):</p> <ol style="list-style-type: none">(i) Melhoria de qualidade de vida dos moradores das localidades beneficiadas (eg. eliminação de lama nas ruas na época de chuvas e de poeira na seca; eliminação de inundações nas ruas e casas, melhoria de saúde, transporte, e segurança).(ii) Valorização imobiliária nas comunidades beneficiadas;(iii) Crescimento de investimentos em melhorias de residências depois da implantação de pavimentação das ruas.

SUBPROGRAMA III: Apoiar o estabelecimento de um marco adequado para a gestão dos recursos hídricos e para a prestação eficiente dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e tratamento de esgotos.

Efeitos Diretos Planejados:	Efeitos Diretos Obtidos
<ol style="list-style-type: none">1. Realização de Estudos e Consultorias para apoiar o alcance dos objetivos de desenvolvimento do Programa.2. Apoiar o estabelecimento de um marco adequado para a gestão dos recursos hídricos e para a prestação eficiente dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e tratamento de esgotos.	<ol style="list-style-type: none">1. Estudos e trabalhos de consultoria concluídos 100%.2. Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA DF, estabelecida pela Lei 3.365 de 16/06/2004 e operando; reestruturada pela Lei 4.285 de 26 de dezembro de 2008, com as atuais atribuições incluindo a regulamentação e supervisão no DF de: (i) recursos hídricos; (ii) serviços e instalações de energia elétrica; (iii) gás canalizado; (iv) petróleo, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes; e (v) saneamento, com cobertura sobre abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo de água pluvial em áreas urbanas (Anexo 7 p.58). <p>O Decreto 27.738, de 28/02/07, extinguiu a SEMARH/DF. a Lei nº 3.984, de 28/05/07 criou o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental/IBRAM como órgão executor de políticas ambientais e de recursos hídricos no DF.</p> <p>Separação entre a regulação e a operação dos setores (saneamento, recursos hídricos e proteção do meio ambiente) efetivamente alcançada.</p>

Reformulação: Não houve reformulação do Projeto

[X] N/A

PPMR Retrofitting: Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas consequências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metad. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

No Subprograma III foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento – ADASA, incorporando as atribuições da Unidade Reguladora (originalmente prevista) de prestação dos serviços de água e esgoto sanitário no Distrito Federal e da Agência Distrital de Recursos Hídricos, também prevista na concepção do Projeto, portanto, os dois indicadores correspondentes foram consolidados num só, conforme acordado durante a Missão de Administração, de junho de 2005. Não se viabilizou a pesquisa sobre os efeitos do Programa na redução de DDA, visto que o indicador de “redução de número de consultas em crianças menores 5 anos por DDA” não retrataria a real situação das localidades beneficiadas pelo Programa e, portanto, não teria permitido uma atribuição confiável dos benefícios. Como alternativa, em junho de 2006, com anuência do Banco, o indicador foi substituído por pesquisa de satisfação da população beneficiada pelas intervenções da CAESB, em Mestre d’Armas, bairro de famílias de renda baixa da Região Administrativa IV de Planaltina. (Resumo Executivo do Relatório da Pesquisa no Anexo 5 do PCR).



Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):			
<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (LP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
<p>Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em junho de 2009, o avanço físico/financeiro do Programa situava-se em torno de 97%, com as ações do Subprograma II e III concluídas satisfatoriamente. No Subprograma I, apenas 3 contratos de água (estação de tratamento de água – ETA Brasília, reservatório R6 Sobradinho, e ETA Contagem) e dois contratos de esgoto (Interceptores e Elevatórias do Lago Norte) ainda encontravam-se em execução, tendo a conclusão prevista em 2010, financiadas com recursos da contrapartida local. • Na execução do Programa, houve a necessidade de uma extensão do prazo de 5 para 8 anos. Também houve um aumento de 17.8% sobre o custo estimado original. Por outro lado, a execução se destaca pela qualidade, a rigorosa observância de exigências ambientais, o fiel cumprimento das disposições do Contrato de Empréstimo com o BID, e o alcance satisfatório de praticamente todas as metas previstas e, em algumas ações, além do previsto. • No que tange os objetivos, propósitos e indicadores do Marco Lógico, o Programa se distingue pelos resultados obtidos nos três Subprogramas, todos plenamente consistentes com os objetivos de desenvolvimento do Programa e com apenas poucas exceções de atraso ou impossibilidade de alcance do indicador, conforme acima indicado. <p>Pelo anterior e considerando os critérios de classificação OD, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal alcançou resultados substanciais de desenvolvimento, pelos quais se justifica a classificação OD de Muito Provável.</p>			
<p>Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país.</p> <p>Previa-se que a estratégia do Banco no Brasil entre os anos de 2000 e 2003 se concentraria em 4 áreas estratégicas: modernização do estado; competitividade; pobreza e meio ambiente. No que se refere a competitividade, previam -se esforços para recuperar os níveis de investimento em infra-estrutura e estabelecer marcos-regulatórios adequados. Em específico dentro do setor saneamento, previa-se o seguimento do apoio para o estabelecimento de marco regulatórios para a auto-sustentabilidade dos sistemas em longo prazo, ampliação dos serviços, maior participação do setor privado, aumento da eficiência da prestação e proteção ambiental. O Programa foi concebido considerando essas diretrizes de prestação eficiente, proteção ambiental, ampliação do atendimento, auto-sustentabilidade e participação privada.</p> <p>A concepção do Programa vai ao encontro plenamente destas diretrizes de prestação eficiente dos serviços e todos os componentes do Programa se vinculam diretamente com uma ou outra ou várias destas diretrizes.</p>			

b. Externalidades

Externalidades positivas:

- Cita-se como externalidade positiva do Programa os avanços implementados pela CAESB para incorporação das questões ambientais nos empreendimentos da Companhia, incentivada pelos requisitos ambientais do BID para aprovação e supervisão de projetos. Em consequência, foi criada a Superintendência Ambiental na CAESB, vinculada diretamente à presidência da Companhia, que está cada vez mais fortalecida. Inicialmente suas ações estavam restritas às atividades de execução de obras, mas atualmente, trabalha também em parceria com o setor de projetos da Companhia.
- De modo semelhante, na NOVACAP também foi implantada Assessoria de Meio Ambiente - ASMAM/PRES, ligada diretamente a presidência da empresa. Os processos licitatórios dessa Empresa têm incorporado as determinações preconizadas pela Assessoria, bem como intensificado o acompanhamento prévio e durante a execução das obras. Esses avanços foram possíveis graças ao contínuo seguimento dos aspectos ambientais por parte dos especialistas da Representação, apoiados por consultor especializado.

Externalidades negativas:

- O Distrito Federal passou por uma mudança de Governo no início de 2007, inclusive, alterando-se a coordenação do Programa. Essas mudanças afetaram o ritmo de andamento do Programa, que foi lento no primeiro semestre de 2007, interferindo, principalmente, no cronograma das licitações do Subprograma III. Em consequência e também em função da inclusão de novas obras, foi necessária uma segunda prorrogação do prazo de execução.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

SUBPROGRAMA I: Ampliar a cobertura dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e tratamento de esgoto no Distrito Federal e melhorar a eficiência administrativa da CAESB (Implementação a cargo da CAESB).

Custo do Subprograma II - Anexo A Vigente (USD 000)				Custo Atual (USD 000)			Realizado até 30/06/09	
Categoria e Componente	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL
Cat.2.1.1 Água potável	35.336	37.040	72.376	35.336	37.040	72.376	100%	89,7%
Cat.2.1.2 Esgotamento	30.452	12.073	42.525	30.452	15.294	45.745	100%	97,1%
Cat.2.1.3 Eficiência CAESB	-	1.094	1.094	-	1.094	1.094	100%	100%
TOTAL Subprograma I	65.787	50.207	115.994	65.787	56.093	121.880	100%	92,6%

BL = Base Line, EOP = End of Project Target

Produtos Planejados/Indicadores	Produtos Obtidos (até 30 de junho de 2009)
<p>(i) Componente: Serviços de água potável</p> <p>Ampliar a % de cobertura de abastecimento de água no DF de 91% (BL) em dezembro de 2000 para EOP de 95% em junho de 2009.</p> <p>(ii) Componente: Esgotamento sanitário</p> <ol style="list-style-type: none"> Ampliar a % de cobertura de coleta de esgotos sanitários no DF de 88% em dezembro de 2000 (BL) para EOP de 90% em junho de 2009. Ampliar a % de tratamento e disposição final de esgotos coletados no DF de 62% em dezembro de 2000 (BL) para EOP de 95% em junho de 2009. <p>(iii) Componente: Aumento da eficiência administrativa da CAESB</p> <ol style="list-style-type: none"> Elaboração de Estudo de Planejamento Estratégico e implantação de suas recomendações. Contratação de serviços de consultoria para apoiar o processo de venda, ao setor privado, de até 49% das ações que compõem o capital da CAESB. Preparação e Implementação de Plano Diretor de Água e Esgoto 	<p>(i) Serviços de água potável no DF ampliados</p> <p>Alcançado, acima da meta prevista: Os nível de atendimento apurado em jun/2009 alcançou 99,4%. O número de ligações aumentou de 347.661 em 2001 para 548.563 em junho de 2009. População beneficiada: 2,3 milhões de pessoas.</p> <p>(ii) Cobertura de Esgotamento sanitário no DF ampliado</p> <ol style="list-style-type: none"> Alcançado, acima da meta prevista. O nível de atendimento apurado em jun/2009 alcançou 93,71%. O número de ligações aumentou de 321.463 em 2001 para 429.088 em junho de 2009. População beneficiada: 2,1 milhões pessoas. Alcançado, acima da meta prevista. Desde Novembro de 2005 estão sendo tratados 100% dos esgotos coletados pela CAESB. <p>(iii) Eficiência administrativa da CAESB aumentada.</p> <ol style="list-style-type: none"> Estudo de Planejamento Estratégico realizado e cumprindo seu objetivo. O processo de planejamento estratégico vem sendo revisado constantemente, de modo a atender o contexto atual da Companhia. Foi revisado no 2º semestre de 2008 e foram implementadas novas recomendações sugeridas em 2009. Realizada. A Consultoria para apoiar o processo de venda de até 49% das ações da CAESB foi concluída em dezembro de 2002. A venda das ações não sucedeu. Conforme entendimentos entre a CAESB e o BID, por ocasião da Missão de Administração de 06/2005, o BID considerou cumprida a condição relativa à abertura de capital da empresa. Revisão do Plano Diretor de Água e Esgoto da CAESB concluído em 2004 e atualizado em 2007. A CAESB tem promovido ações no sentido de mantê-lo atualizado e adequado à realidade do DF.
<p>Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).</p> <ul style="list-style-type: none"> Água e Esgoto: Em junho de 2009, ainda se encontravam 3 contratos de água (ETA BSB, R6 Sobradinho, e ETA Contagem) e dois contratos de esgoto (Interceptores e Elevatórias do Lago Norte) em execução, com financiamento da contrapartida local, explicando o avanço financeiro global de 89,7% e 97,1% respectivamente. O acompanhamento da finalização das mencionadas obras será feito por meio do Relatório Anual de Manutenção do Programa, a ser elaborado em conformidade com a Cláusula 4.03 do Contrato 1288/OC-BR. Venda de Ações: A Consultoria de apoio ao processo de venda, ao setor privado, de até 49% das ações da CAESB foi concluída em dezembro/2002. Por motivos relacionados com não existir boas condições de mercado para promover-se a abertura de capital da empresa, a venda das ações ainda não sucedeu. A CAESB assumiu o compromisso de informar o Banco sobre qualquer novidade a este respeito, caso se vislumbresse, condições e momento propício para a retomada desse processo. 	

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças. [☒] N/A Não houve reestruturação dos Componentes do Subprograma I.

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[☐] Muito Satisfatório (MS) [☒] Satisfatório [☐] Insatisfatório [☐] Muito Insatisfatório



VPC/PDP

PCR OUTUBRO 2009

SUBPROGRAMA II: Controle de Erosão e Inundações. Investimentos em obras de pavimentação de ruas e drenagem de águas pluviais nas localidades de Santa Maria, Samambaia, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo II (Implementação a cargo da NOVACAP).

Custo do Subprograma II - Anexo A Vigente (USD 000)				Custo Atual (USD 000)			Realizado até 30/06/09	
Categoria e Componente	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL
Cat.2.2.1 Controle de Erosão e Inundações	55.100	83.532	138.632	55.100	86.312	141.412	100%	100%
TOTAL Subprograma II	55.100	83.532	138.632	55.100	86.312	141.412	100%	100%

BL = Base Line, EOP = End of Project Target

Produtos Planejados/Indicadores	Produtos Obtidos (até 30 de junho de 2009)
<p>Componente: Ampliar a infra-estrutura existente de pavimentação e drenagem de águas pluviais.</p> <p>Ampliação da infra-estrutura existente de pavimentação nas cinco localidades de Santa Maria, São Sebastião, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II, e extensão do sistema de drenagem pluvial nas mesmas localidades carentes de drenagem adequada.</p>	<p>Infra-estrutura existente de pavimentação e drenagem de águas pluviais nas localidades de Santa Maria, São Sebastião, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II ampliada.</p> <p>Todas as obras de infra-estrutura de pavimentação e drenagem foram concluídas satisfatoriamente. Os dez pontos críticos citados no Marco Lógico para o Subprograma II, desde julho de 2002, serviram como indicadores das ações a serem implementadas (drenagem e pavimentação), visando o controle da ocorrência de inundações em áreas urbanas, assim como, de processos erosivos, arraste e acumulação de sedimentos, provenientes do escoamento superficial pluvial. Desde dez/2006, todos os dez pontos críticos utilizados como indicadores das ações a serem implementadas pelo Programa encontram-se ajustados, e as obras de recuperação de áreas degradadas apontadas como condicionantes para a emissão das licenças de operação concluídas e em manutenção.</p> <p>População beneficiada: 463.238 habitantes</p>

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável). N/A.

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças: Não houve reestruturação do Subprograma II.

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório	<input type="checkbox"/> Insatisfatório	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório
--	--	---	---

SUBPROGRAMA III: Melhoria do marco regulador dos serviços públicos e da gestão dos recursos hídricos e ambientais (Implementação a cargo do IBRAM e da Secretaria de Estado de Obras).

Conforme o Anexo A do Contrato de Empréstimo, o Subprograma visava o financiamento das seguintes atividades:

- Implantação de uma unidade reguladora da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Implantação da Agência Distrital de Recursos Hídricos do Distrito Federal e Programa de Gestão;
- Implantação do Programa de Gestão Ambiental do Distrito Federal, Plano de Monitoramento Ambiental da Bacia do Lago Paranoá e Projeto de Proteção da Estação Ecológica de Águas Emendadas;
- Implantação do Programa de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Observação: Durante a Missão de Administração, realizada em junho de 2005, acordou-se que os indicadores de progresso 1 - Unidade reguladora da prestação de serviços e 2 - Implantação da Agência Distrital de Recursos Hídricos, seriam unidos em um único indicador, tendo em vista que as duas unidades terem sido criadas fundidas em uma única instituição (ADASA).



SUBPROGRAMA III: Continuação

Custo do Subprograma III - Anexo A Vigente (USD 000)				Custo Atual (USD 000)			Realizado até 30/06/09	
Categoria e Componente	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL
Cat.2.3 Regulamentação e Controle Ambiental	2.504	970	3.474	2.504	1.325	3.830	100%	87,4%
TOTAL Subprograma III	2.504	970	3.474	2.504	1.325	3.830	100%	87,4%

BL = Base Line, EOP = End of Project Target

Produtos Planejados/Indicadores	Produtos Obtidos (até 30 de junho de 2009)
<ol style="list-style-type: none"> Melhoria do marco regulador para a prestação eficiente dos serviços públicos de Água Potável, Esgotamento Sanitário e Tratamento de Esgotos através do estabelecimento e funcionamento de uma (unidade) entidade reguladora. Implantação da Agência Distrital de Recursos Hídricos do Distrito Federal e Programa de Gestão. Implantação do Programa de Gestão Ambiental do Distrito Federal, Plano de Monitoramento Ambiental da Bacia do Lago Paranoá e Projeto de Proteção da Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC). Implantação do Programa de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH/DF como o órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no DF. 	<ol style="list-style-type: none"> Objetivo alcançado satisfatoriamente, mediante: <ul style="list-style-type: none"> Criação e plena operacionalização da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, Lei 3.365 de 16/06/2004, regulamentada via Decreto 25.509 de 19/01/2005 e reestruturada em dezembro de 2008 pela Lei 4.285. Objetivo alcançado satisfatoriamente com a criação e o funcionamento da ADASA. Objetivo alcançado satisfatoriamente com a implementação dos seguintes trabalhos e programas em vigor: <ul style="list-style-type: none"> Criação do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) em 28 de maio de 2007. Lei nº 3.984, para ser o órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no Distrito Federal; O Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF e Entorno – PGIRH; O Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos do DF; O Plano de Sistematização e Otimização dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental e SGA – Sistema de Gestão Ambiental; O Plano de Gestão e Preservação do Lago Paranoá; A pesquisa e projeto-piloto para recuperação de nascentes e áreas de cabeceiras de cursos de água do DF; Proteção da ESEC de Águas Emendadas e ESEC Jardim Botânico; O Programa de Capacitação de Brigadas Voluntárias em Unidades de Conservação da ESEC de Águas Emendadas e Jardim Botânico; Programa de Multimeios em Educação Ambiental; O Plano Diretor de Drenagem Urbana; Modernização dos laboratórios da CAESB (equipamentos). Objetivo alcançado satisfatoriamente. Decreto nº 27.738, de 28/02/07 extinguiu a SEMARH/DF e a COMPARQUES/DF, sendo suas atribuições assumidas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental/IBRAM, por meio da Lei nº 3.984, de 28 de maio do mesmo ano.

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável)

- Com anuência do BID, o Projeto de Proteção da Estação Ecológica de Águas Emendadas foi ampliado para incluir a EE Jardim Botânico.

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças.

Não houve reestruturação deste Componente.

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[] Muito Satisfatório (MS)	[x] Satisfatório	[] Insatisfatório	[] Muito Insatisfatório
-----------------------------	--------------------	--------------------	--------------------------



VPC/PDP

PCR OUTUBRO 2009

d. Custos do Projeto

Categoria de Investimento	Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)						Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)			
	Orçamento Inicial Anexo A (Original)			Orçamento Vigente (Alteração Contratual N°2)			Custo Atual (*Diferença entre Orçamento Vigente e Custo Atual.)			
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	Diferença %
1. ENGENH & ADMIN	5.129	-	5.129	6.364	2.562	8.926	6.364	4.774	11.138	24,8
1.1 Estudos & Consultoria.	865	-	865	926	126	1.052	926	177	1.103	4,8
1.2 Supervisão & Admin.	4.264	-	4.264	5.438	2.436	7.874	5.438	4.597	10.035	27,4
2. CUSTOS DIRETOS	107.401	92.422	199.823	123.392	134.709	258.101	123.392	143.730	267.122	3,5
<u>2.1 Subprograma I</u>	<u>61.047</u>	<u>20.111</u>	<u>81.158</u>	<u>65.787</u>	<u>50.207</u>	<u>115.994</u>	<u>65.787</u>	<u>56.093</u>	<u>121.880</u>	<u>5,1</u>
2.1.1 Água Potável	27.094	9.239	36.333	35.336	37.040	72.376	35.336	39.705	75.041	3,7
2.1.2 Esgotamento Sanit.	33.953	9.418	43.371	30.452	12.073	42.525	30.452	15.294	45.745	7,6
2.1.3 Aumento Eficiência	-	1.454	1.454	-	1.094	1.094	-	1.094	1.094	-
<u>2.2 Subprograma II</u>	<u>41.669</u>	<u>72.311</u>	<u>113.980</u>	<u>55.100</u>	<u>83.532</u>	<u>138.632</u>	<u>55.100</u>	<u>86.312</u>	<u>141.412</u>	<u>2,0</u>
2.2.1 Contr.Erosão&Inund.	41.669	72.311	113.980	55.100	83.532	138.632	55.100	86.312	141.412	2,0
<u>2.3 Subprograma III</u>	<u>4.685</u>	-	<u>4.685</u>	<u>2.504</u>	<u>970</u>	<u>3.474</u>	<u>2.504</u>	<u>1.325</u>	<u>3.830</u>	<u>10,2</u>
2.3.1 Regul. & Contr.Amb.	4.685	-	4.685	2.504	970	3.474	2.504	1.325	3.830	
3. CUSTOS AFINS.	300	1.000	1.300	84	1.031	1.115	84	521	605	(41,3)
3.1 Terrenos e Servidões	-	1.000	1.000	-	1.000	1.000	-	474	474	(52,6)
3.2 Auditorias	300	-	300	84	31	115	84	47	131	13,9
SUBTOTAL	112.380	93.422	206.252	129.840	138.302	268.142	129.840	149.025	278.865	3,9
4. SEM ALOC. ESPEC.	15.870	8.517	24.387	-	-	-	-	-	-	-
4.1 Imprevistos	10.533	8.517	19.050	-	-	-	-	-	-	-
4.2 Reajustes	5.337	-	5.337	-	-	-	-	-	-	-
5. CUSTOS FINANC.	1.300	28.061	29.361	160	28.061	28.221	160	27.233	27.393	(2,9)
5.1 Juros	-	26.326	26.326	-	26.326	26.326	-	26.326	26.326	-
5.2 Comissão de Crédito	-	1.735	1.735	-	1.735	1.735	-	90	907	(47,7)
5.3 Supervisão	1.300	-	1.300	160	-	160	160	-	160	-
TOTAL	130.000	130.000	260.000	130.000	166.363	296.363	130.000	176.257	306.258	3,3%
Porcentagem	50%	50%	100%	43,8%	56,2%	100%	42,4%	57,6%	100%	

Explique brevemente diferenças.

O *Orçamento Inicial* apresenta os valores do Anexo A do Contrato de Empréstimo enquanto o *Orçamento Vigente* apresenta modificações posteriores quanto à distribuição dos recursos entre as categorias de investimento estabelecidas no Anexo A. Tais modificações foram efetivadas por etapas, com o objetivo de compatibilizar a distribuição dos recursos do financiamento com as necessidades do Programa na medida em que avançavam as revisões de projetos e respectivos orçamentos das obras, e conclusão das contratações com recursos do financiamento. O *Orçamento Vigente* foi validado mediante a 2ª Alteração de Contrato com data de 15 de dezembro de 2006.

Embora não formalizado, o *Valor Atual* da contrapartida do Programa é superior ao valor que consta na 2ª modificação contratual, na qual foi fixado o montante de US\$166,4 milhões de recursos de contrapartida, enquanto que o valor estimado atualmente é de US\$ 176,3 milhões. O custo atual global está estimado em US\$ 306,3 milhões, dos quais, US\$ 278,9 milhões (subtotal de custos diretos) referem-se aos custos atualizados das obras, serviços e aquisições previstos no Programa, incluindo-se desapropriações. Os US\$ 27,4 milhões restantes referem-se a custos financeiros. O custo atual apresenta um acréscimo de US\$ 46,3 milhões (17,8%) em relação ao orçamento original. Em relação ao orçamento vigente, registra-se um acréscimo de 3,3%, equivalente a US\$ 9,9 milhões. Com isso, estima-se que, na conclusão do Programa, no total, US\$ 46,3 milhões adicionais em recursos de contrapartida terão sido alocados ao Programa em relação ao valor original de US \$ 130 milhões.

Até 30 de junho de 2009, foram aplicados no Programa, incluindo pagamentos por serviços e obras contratadas, mais despesas financeiras e desapropriações, o equivalente a US\$ 296,2 milhões (96,7% do orçamento atual), sendo US\$ 130 milhões com recursos do BID (100,0% do total previsto para o financiamento do Contrato 1288/OC-BR) e US\$ 166,3 milhões com recursos de contrapartida local (94,3% do total atualmente previsto para o Aporte Local).

O acréscimo de 24,8% na categoria Engenharia e Administração reflete gastos mais elevados de contrapartida e dos recursos do BID em consequência do prazo maior de execução do Programa. Na Categoria 3, Custos Afins, houve gastos inferiores de 41,3% em função de gastos menores com expropriações e indenizações bem como gastos inferiores ao previsto com a auditoria do Programa.



IV. Implementação do Projeto

(i) Supostos

Supostos/Riscos OD e IP (ISDP/Marco Lógico)

- **A política de ocupação urbana é mantida e implementada e o crescimento populacional não ultrapassa os parâmetros projetados:** - Suposto validado positivamente. A ocupação do território do DF é regulada pelo Plano Diretor de 1997, revisado em 2005 e 2009. Para a questão das invasões instituiu-se o Decreto nº 23.592/2003, que trata da regularização da situação de ocupações em zona urbana, através de critérios específicos, inclusive com o estabelecimento de hierarquização para remoção de ocupações em áreas públicas, entre outras medidas de caráter legal. Sobre o crescimento populacional, a taxa se mantém constante no patamar de 2,8%, verificada nos dois últimos censos.
- **A Agência Reguladora de Serviços de Água e Saneamento é implementada, é sustentável e regulando adequadamente os setores:** - Suposto validado positivamente pela implantação e operacionalização da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA DF, pela Lei 3.365 de 16/06/2004; regulamentada via Decreto 25.509 de 19/01/2005, e reestruturada pela Lei 4.285 de 26 de dezembro de 2008. Quanto à sustentabilidade da ADASA, a Reguladora figura como rubrica no orçamento do Governo do DF. Em setembro de 2005, foi aprovada a Lei complementar nº 711 de 13/09/05 criando as taxas de fiscalização de água e dos serviços de saneamento no DF, que constituem recursos da ADASA (Informações adicionais sobre a ADASA no site www.adasa.df.gov.br).
- **Não há dificuldades financeiras do Governo do DF que poderiam afetar sua capacidade de aportar contrapartida para operar e manter os sistemas de drenagem implantados pelo Programa:** - Atualmente, suposto validado positivamente pela experiência durante a implementação. Há um compromisso do GDF na boa operação e manutenção das intervenções do Subprograma II, realizadas pela NOVACAP, e evidenciado pelo Relatório de Manutenção de 2008, e posteriormente pelas visitas de inspeção do Banco. O Relatório indicou que as intervenções concluídas possuem uma manutenção sistemática, preventiva e corretiva realizada pela NOVACAP. A NOVACAP licitou e contratou (com recursos do BID) a finalização dos lançamentos dos sistemas de drenagem implantados com recursos do Programa. Essas intervenções são essenciais para garantir a sustentabilidade dos sistemas de drenagem executados, e a conservação e proteção dos cursos d'água receptores.
- **Não há dificuldades financeiras que poderiam afetar a capacidade da CAESB de aportar contrapartida e operar e manter os sistemas implantados pelo Programa:** - Pela experiência durante a implementação do Programa, o suposto ficou validado positivamente. A esse respeito, vale salientar que, devido ao incentivo do BID, a CAESB implantou novos procedimentos para atualização de seus orçamentos e tabela de preços de materiais e serviços, contribuindo para o aperfeiçoamento da elaboração e gestão dos orçamentos das obras da Companhia. A necessidade de melhoria dos procedimentos de orça e controle de preços da CAESB foi identificada na contratação e execução de obras do Programa, entretanto, outros setores da Companhia foram beneficiados pela ação.
- **Licitações e processos seletivos são realizados em tempo e a execução dos contratos é satisfatória:** - O suposto é apenas parcialmente validado. Durante a vigência do Projeto, o Executor realizou e concluiu efetivamente um total de 82 licitações e 123 contratos de obras, bens e serviços. Esses processos foram conduzidos de acordo com os Planos de Aquisições aprovados e com relativamente poucas variações, considerando o tamanho do Projeto e a participação de dois co-executores e de outras entidades envolvidas. Por outro lado, é notório que licitações e contratações continuam sendo causas predominantes de atrasos na execução de projetos. De modo geral, o Executor tem pouco controle direto sobre protestos e impugnações nas licitações, licitações sem efeitos, atrasos na concessão de licenciamento ambiental, e eventos suscitando rescisões contratuais. A mitigação de tais situações implica em atrasos na execução. Mesmo com as licitações e contratações muito bem conduzidas e administradas, o Programa não ficou isento de diversos eventos imprevistos nesses processos. A primeira alteração contratual do Empréstimo 1288/OC-BR, de 29 de junho de 2006, ajustou os Anexos B e C do contrato de empréstimo com as disposições estabelecidas nas novas Políticas de Aquisições do Banco (documentos GN-2349-6 para a aquisição de obras e bens e GN-2350-6 para a seleção e contratação de consultores). Por sua vez, esses ajustes contribuíram para agilizar, principalmente, as licitações e contratações remanescentes dos Subprogramas II e III.



(ii) Outros Fatores afetando a execução e os resultados do Projeto

(a) Aspectos positivos

- O comprometimento do Governo do DF, Órgão Executor, Co-Executores, Entidades do Governo, Secretarias e Entidades do DF, o forte interesse da sociedade civil, comissões, ONGs, e população beneficiada, a boa gestão da UGP e UGLs, bem como a supervisão do Banco, durante toda execução com os resultados do Programa e o alcance dos seus objetivos, contribuíram para uma rigorosa observância dos aspectos ambientais e qualidade de todas as intervenções.
- De modo geral, o Projeto foi bem desenhado com metas, ações, indicadores e estratégias de implementação sem ambigüidades. Por outro lado, houve situações de deficiência no desenho de alguns projetos, modo e execução prevista, aspectos ambientais e fundiários que sempre foram mitigados, porém, muitas vezes contribuindo para atrasos e custos mais elevados.

(b) Aspectos negativos

- No Subprograma I, foram alcançados praticamente todos os indicadores e metas relativas à melhoria da qualidade da água, entretanto, alguns dos parâmetros estão sujeitos a fatores externos ao Programa. O Ribeirão Ponte Alta recebe dois outros córregos, a drenagem da cidade do Gama, além da contribuição de granjas localizadas naquela região, que são fatores alheios à atuação do Programa e que, eventualmente, podem prejudicar o atendimento das metas estabelecidas. O Rio Melchior também está sujeito a situação semelhante.
- No caso do Subprograma II, não houveram análises adequadas da capacidade dos córregos receptores das águas pluviais. A mitigação da situação e dos estragos contribuiu para atrasos na execução de alguns pontos críticos e custos adicionais imprevistos.
- O Subprograma III ficou a cargo de duas Secretarias, a então SEMARH, atualmente SEDUMA, que por meio do IBRAM foi responsável pelo atual processo de implementação das diversas intervenções do Subprograma, enquanto a Secretaria de Obras, sendo o Órgão Executor, ficou responsável pelo pagamento dos contratos, resultando em dificuldades e ambigüidades administrativas.
- No sub-componente do Programa de Proteção das Estações Ecológicas da EE do Jardim Botânico (ESEC-JB) do Subprograma III, ficou a pendência de conserto do elevador mecânico de uma torre de observação. A torre faz parte do Programa e é peça importante no controle e combate de focos de incêndios durante a estação prolongada sem chuvas de cada ano. Este aspecto será monitorado através dos Relatórios Anuais de Manutenção.
- Devido à falta de Projetos Executivos para a execução de empreendimentos do Subprograma 1 e, especialmente do Subprograma 2, ocorreram mudanças significativas nos respectivos orçamentos (com acréscimos do valor inicial) e nos cronogramas das obras e serviços executados (com aditivos dos prazos de execução).

a. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
[] Muito Satisfatório (MS)	[X] Satisfatório (S)	[] Insatisfatório (I)	[] Muito Insatisfatório (MI)

Como indicado anteriormente, o compromisso do Governo anterior e do Governo atual do Distrito Federal com o Programa de Saneamento Básico, foi fator fundamental para o sucesso do Programa. Da mesma forma, amplamente evidenciado pelos resultados, destacam-se a boa gestão do Órgão Executor e dos Co-Executores, e o interesse e suporte das Secretarias e entidades do Governo envolvidos no Programa.

Mesmo com a mudança do Governo acontecida em 2007, que afetou o ritmo de execução do Programa no fim da gestão anterior e no início da nova, esses problemas foram todos superados e o Programa foi concluído exitosamente.

b. Desempenho do Banco

Desempenho do Banco			
[] Muito Satisfatório (MS)	[X] Satisfatório (S)	[] Insatisfatório (I)	[] Muito Insatisfatório (MI)

A opinião do Executor sobre o desempenho do Banco consta no Anexo 3.

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

- O índice de cobertura de custos da CAESB, durante o primeiro semestre de 2009, foi apurado com média de 126,34%, superando a meta estabelecida de 121%; porém, conforme anteriormente mencionado, outros indicadores utilizados para medir a eficiência com que a CAESB presta os serviços ainda não atingiram o previsto. Para o indicador "Redução dos Índices de Perdas", que deveria passar de 24 para 20%, foi apurado 29% em junho/2009. O "Índice de Endividamento", que deveria ser mantido abaixo de 35%, está, nesse mesmo mês, em 51,97%.
- Conforme a Lei nº. 3365/2004 e emendas posteriores, compete à ADASA exercer as atividades de regulação, controle e fiscalização sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no DF, cuja prestação dos serviços foi concedida à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, mediante a celebração do Contrato de Concessão nº. 001/2006. A seguir, o histórico dos reajustes tarifários da CAESB a partir da Concessão em 2006:

REAJUSTES TARIFÁRIOS DA CAESB NO PERÍODO 2006 – 2009			
Ano	Proposta CAESB (%)	Reajuste Aplicado (%)	Inflação (IPCA) %
2006	16,4	14,87	5,51
2007	8,12	2,97	3,02
2008	5,28	5,78	4,66
2009	8,11	6,29	5,77

Fonte: www.adasa.df.gov.br

- Por outro lado, a sustentabilidade das obras e instalações do Subprograma II, está garantida pela NOVACAP no orçamento do Governo do DF. Conforme indicado na Seção IV anterior, o Relatório de Manutenção indicou que as intervenções concluídas possuem uma manutenção sistemática, preventiva e corretiva realizada pela NOVACAP, até o final do Programa, confirmado nas observações baseadas em visitas de supervisão do Executor e do BID.
- As dotações orçamentárias do IBRAM, sendo a entidade responsável, em grande parte, para as ações implementadas no âmbito do Subprograma III, provém do orçamento do Governo do Distrito Federal.

b. Riscos Potenciais

- De acordo com o Perfil de Riscos do último ISDP (PPMR – Project Performance Monitoring Report) do BID, que estabeleceu os mesmos supostos do Marco Lógico, inversamente, como indicadores de riscos, a classificação dos riscos de efetividade de desenvolvimento e de riscos fiduciários e operacionais, é determinada como “baixo”.
- Os principais riscos para a sustentabilidade das intervenções realizadas e dos benefícios obtidos pelo Programa são de natureza transversais, e.g. (mudanças macro-econômicas, mudanças de governo e de políticas da União e do Governo do DF, intervenções de sindicatos que podem incidir sobre esforços de abertura de capital da CAESB; mudanças climáticas significativas e outros fatores parcialmente e totalmente alheios de controle do mutuário).

a. Capacidade Institucional

- A Proposta de Empréstimo do BID considerou adequada a capacidade institucional, técnica, e financeira do Executor e dos Co-Executores para implementar e posteriormente zelar pela sustentabilidade do Programa. A atual experiência de execução validou a análise do Banco. Entretanto, o grande número de estudos e trabalhos de consultoria realizados no intuito de apoiar o Mutuário nas ações programadas, tais como o PGIRH, o SGA, a revisão do Planejamento Estratégico da CAESB, e as demais ações dessa natureza, além da própria experiência ganhada na execução do Programa, contribuíram para o aperfeiçoamento de procedimentos e para o fortalecimento da capacidade de gestão de todas as instituições envolvidas.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :

[] Muito Provável (MP) [**x**] Provável (P) [] Pouco Provável (PP) [] Improvável (I)



VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

O Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR estabeleceu as condições de supervisão e monitoramento do Projeto de acordo com as normas e procedimentos do Banco. Por parte do Executor foram estabelecidos os seguintes mecanismos e processos de acompanhamento e informação:

- A Unidade de Gestão do Programa (UGP) no desempenho das suas atribuições executivas contou com o apoio de uma empresa gerenciadora, conforme previsto no item 4.02 do Anexo A do Contrato de Empréstimo. Entre outras atividades, essa empresa teve a responsabilidade para a implantação e operação do SIG/DF – Sistema de Informações Gerenciais e também de apoiar as Unidades de Gerenciamento Local – UGLs dos Co-executores CAESB e NOVACAP.
- Durante toda a execução, o Programa foi acompanhado detalhadamente pelo SIG, além dos sistemas padronizados e confiáveis de informações da CAESB, da NOVACAP e das Secretarias do Governo do DF. O SIG permitiu monitorar e articular dados de todas as ações, avanços e aspectos físicos/financeiros dos contratos, além de permitir ampla controle de condições contratuais, correspondência, subsidiar auditorias periódicas e apoiar a preparação de relatórios de monitoramento e resultados do Programa em tempo hábil.
- Além do SIG, se destacam os sistemas específicos implantados pelo Programa tais como a Rede de Monitoramento de Águas Superficiais da ADASA, e o Sistema de Monitoramento do Lago Paranoá, da CAESB.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

- i. Os sistemas de monitoramento da Secretaria de Obras, da SEDUMA/IBRAM, da CAESB, e da NOVACAP apoiarão futuras ações de monitoramento dos efeitos e impactos do Programa.
- ii. O Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR não estabelece a obrigação de uma avaliação ex-post.

VII. Lições Aprendidas

- Reduzir dificuldades interinstitucionais, minimizando o número de entidades envolvidas na implementação de um Projeto. Exemplo: no Subprograma III surgiram dificuldades e ambigüidades administrativas pelo envolvimento de duas entidades do Governo, - uma responsável pela atuação no processo de gestão técnica dos componentes pertinentes, e a outra, responsável pela gestão administrativa e financeira dos empreendimentos.
- Reduzir o risco de atrasos e/ou sobre-custos na execução de obras de saneamento mediante estudos mais amplos na preparação de projetos (levantamento de campo e sondagens para identificar interferências, evitar ou resolver indefinições da ocupação do espaço urbano, evitar logradouros em terrenos alagados, acidentados, de proteção ambiental, ou de áreas com possíveis vestígios arqueológicos).
- Estimular maior participação da população beneficiada desde o processo de concepção do Programa, durante e após a implementação. A sustentabilidade também depende de um comprometimento por parte da população beneficiada.
- Em projetos com mutuários/executores com experiência anterior e bom desempenho em projetos financiados pelo Banco, como, por exemplo, no Subprograma I, poderia se agilizar a execução mediante a revisão ex-post das aquisições de bens e serviços.
- A Coordenação do Programa deveria ser composta por funcionários permanentes, valorizando a memória e a competência institucional para o gerenciamento de projetos. No uso de empresas de consultoria contratadas para apoiar o gerenciamento de Programas, deverá se considerar termos de referência visando o aumento de eficácia da contribuição, tendo o apoio focado na capacitação e autonomia do Órgão Executor para gerenciar o programa.
- Na seleção de indicadores para medir resultados de um Projeto, deve-se evitar parâmetros de desempenho que dependam de intervenções de outros. Exemplo: a medição do grau de melhoria da qualidade de água em corpos receptores com afluentes sobre os quais o projeto não tem controle.
- Evitar indicadores que não permitam atribuir, com elevado grau de confiabilidade, determinados resultados às intervenções do Programa. Exemplo: o indicador - número de consultas por motivo de diarreia aguda em crianças menores de 5 anos, não se viabilizou apesar do empenho envidado pela CAESB e da Secretaria de Saúde, devido a impossibilidade de associar os dados aos efeitos do Projeto.



Anexos:

1A e 1B	Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento	18
2	Ata do Seminário de Encerramento do Projeto	20
2ª	Programa do Seminário de Encerramento	22
2B	Lista dos Participantes	24
2C	Constituição dos Grupos de Trabalho do Seminário	26
2D	Resumo das Informações dos Grupos de Trabalho	28
3	Avaliação do Mutuário	39
4	Alteração Contratual N° 1 e 2	42
5	Resumo Executivo, Pesquisa de Satisfação de Moradores em Mestre d'Armas	49
6A	Estrutura Organizacional do Programa	55
6B	Estrutura, Subprogramas, Componentes e Atividades do Programa	56
6C	Quantitativos do Subprograma II (Pavimentação e Drenagem)	57
6D	Ações para redução de perdas de água	58
7	Informações institucionais (CAESB, ADASA, IBRAM)	59



Anexo 1A e 1B
Financiamento do Projeto
Anexo 1-A Fonte de Financiamento
(Montantes em milhões de US\$)

Categoria de Investimento	Custo Total Projeto - Planejado (US\$milhões)						Custo Total do Projeto - Atual (US\$ milhões)				Brecha Diferença percentual entre Orçamento Vigente e Custo Atual		
	Orçamento Inicial Anexo A (Original)			Orçamento Vigente (Alteração Contratual N°2))									
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	Diferença %	BID %	LOCAL %	TOTAL %
1. ENGENH & ADMIN 1.1 Estudos & Consultoria. 1.2 Supervisão & Admin.	5.1	-	5.1	6.3	2.5	8.9	6.3	4.7	11.1	24,8	-	88,0	24,7
2. CUSTOS DIRETOS 2.1 Subprograma I 2.1.1 Água Potável 2.1.2 Esgotamento Sanit. 2.1.3 Aumento Eficiência 2.2 Subprograma II 2.2.1 Contr.Eros.&Inund. 2.3 Subprograma III 2.3.1 Regul. & Contr.Amb.	107.4 <u>61.0</u>	92.4 <u>20.1</u>	199.8 <u>81.1</u>	123.4 <u>65.8</u>	134.7 <u>50.2</u>	258.1 <u>115.9</u>	123.4 <u>65.8</u>	143.7 <u>56.1</u>	267.1 <u>121.9</u>	3,5 <u>5.1</u>	- -	6,7 <u>11,7</u>	3,5 <u>5.2</u>
	41.6	72.3	113.9	55.1	83.5	138.6	55.1	86.3	141.4	2.0	-	3.8	2.0
	4.6	-	4.6	2.5	0.9	3.4	2.5	1.3	3.8	10,5	-	44.4	10,2
3. CUSTOS AFINS. 3.1 Terrenos e Servidões 3.2 Auditorias	0.3	1.0	1.3	0.08	1.0	1.1	0.08	0.5	0.6	(41,3)	-	(83)	(45)
SUBTOTAL	112.3	93.4	206.2	129.8	138.3	268.1	129.8	149.0	278.8	3,9	-	7,7	3,9
4. SEM ALOC. ESPEC. 4.1 Imprevistos 4.2 Reajustes	15.8	8.5	24.4	-	-	-	-	-	-	-			
5. CUSTOS FINANC. 5.1 Juros 5.2 Comissão de Crédito 5.3 Supervisão	1.3	28.1	29.3	0.2	28.1	28.2	0.2	27.2	27.4	(2,9)	-	2,8	(2,8)
TOTAL	130.0	130.0	260.0	130.0	166.3	296.3	130.0	176.2	306.2	3,3%	-	5,9	3,3
Porcentagem	50%	50%	100%	43,8%	56,2%	100%	42.4%	57,6%	100%		-		

Anexo 1- B
Calendário de Investimentos
(Montantes em milhões de US\$)

Anos	Original			Vigente			Atual			Brecha
	BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total	
2001		7.2	7.2				6.6	25.4	32.0	-
2002	57.7	50.3	107.9				47.3	24.9	72.2	-
2003	51.0	47.0	98.0				15.5	25.6	41.1	-
2004	10.4	13.4	23.8				17.2	28.0	45.2	-
2005	10.7	12.1	22.9				5.4	9.8	15.2	-
2006							13.8	18.2	32.0	-
2007							11.2	20.5	31.7	-
2008							7.7	11.3	19.0	-
2009							5.3	5.4	10.7	-
TOTAL	130.0	130.0	260.0				130.00	176.2	306.2	

Fonte de Informação: Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR, Sistema LMS

ANEXO 2

ATA DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL

EMPRÉSTIMO 1288/OC-BR

BRASILIA, 6 - 7 DE OUTUBRO DE 2009

O Seminário de Término do Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal, objeto do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado entre o Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 11/06/2001, foi realizado nos dias 06 e 07 de outubro de 2009, no Edifício PARLAMUNDI, situado à SGAS 915 Sul, lote 75/76, em Brasília/DF.

O Seminário teve a participação do Secretário Adjunto da Secretaria de Obras do Distrito Federal, Sr. Jaime Alarcão, que deu início ao evento, da Coordenadora Geral do Programa, Sra. Maria Inês Gomes da Costa, da Técnica da Secretaria de Assuntos Internacionais, Sra. Nely Yonamine, do Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, Sr. Gustavo Souto Maior, da Assessora da Presidência do IBRAM, Sra. Luizalice Barbaro Labarrère, do Diretor Geral de Dívidas, Havais e Haveres da Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Fazenda, Sr. Adão Nunes da Silva, do Diretor de Produção e Comercialização da CAESB, Sr. João Batista Padilha Fernandes, do Assessor de Planejamento da CAESB, Sr. Acylino José dos Santos Neto, da Coordenadora da Unidade de Gerência Local - CAESB, Sra. Ângela Denófrio Marra, do Especialista Técnico da Unidade de Gerenciamento Local - NOVACAP, Sr. Gaspar Ferreira Duarte, da equipe de consultores da Gerenciadora do Programa, de representantes da ADASA, de outros servidores da Secretaria de Fazenda (Gerente da Dívida Pública e Ajuste Fiscal e a chefe de Núcleo de Controle da Dívida Pública Consolidada), da CAESB (técnicos da área ambiental, da produção, do laboratório e da fiscalização), do IBRAM (técnicos das Estações Ecológicas de Águas Emendadas e do Jardim Botânico), de representantes dos usuários do Programa, com a presença de uma Liderança Comunitária do Bairro Mestre D'Armas, em Planaltina/DF, de funcionários da Administração do Recanto das Emas e de moradores da cidade, que fazem parte da população beneficiária dos Empreendimentos executados dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Bairro Mestre D'Armas e das obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial urbana executadas no Recanto das Emas, uma das cinco cidades beneficiadas com esta infra-estrutura.

Representando o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, estavam presentes o Especialista Setorial, Sr. Patrício Naveas, a Especialista Financeira, Sra. Monica Merlo e o Consultor do BID, Sr. Benard Darnel. Participaram do Seminário 57 pessoas.

Após o Secretário Adjunto da Secretaria de Obras ter dado início ao Seminário, o Especialista Setorial do BID, Sr. Patrício Naveas, falou sobre os objetivos pretendidos pelo Seminário e sua importância como forma de avaliação dos resultados obtidos, por meio da participação de funcionários da Unidade Executora, das Co-Executoras e de beneficiários do Programa. Em seguida o Diretor de Produção e Comercialização da CAESB, Sr. João Batista Padilha Fernandes e o Presidente do IBRAM, Sr. Gustavo Souto Maior, destacaram também a importância do Programa e os impactos positivos alcançados, no caso da CAESB, relativo a execução dos componentes do Subprograma 1, especialmente, as duas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE MELCHIOR e ETA GAMA, proporcionando que 100 % dos esgotos coletados fossem tratados e, no caso do IBRAM, relativo aos componentes do Subprograma 3, especialmente, os Programas de Proteção das Estações Ecológicas de Águas Emendadas e do Jardim Botânico, cujas implantações dos Planos de Manejos estão sendo promovidas por meio de um grupo de trabalho, instituído em um evento no Jardim Botânico, que, inclusive, contou com a participação, dentre outras autoridades, do Governador do Distrito Federal.

Ainda na abertura, o Especialista Setorial do BID, Sr. Patrício Naveas, retomou a palavra e fez uma apresentação geral, em Power-Point, dos objetivos do Programa, destacando os Propósitos dos Subprogramas 1, 2 e 3, que compõem a sua estrutura. Em seguida, a Coordenadora Geral do Programa, Sra. Maria Inês Gomes da Costa, fez uma apresentação, também em Power-Point, enfocando, além dos objetivos do Programa, dados técnicos resultantes do cumprimento das metas atingidas dos Propósitos 1, 2 e 3, do Marco Lógico do Programa.



Após as referidas intervenções, foi dado início a formação dos 06 grupos de trabalho, previamente organizados, para avaliação dos resultados gerais do Programa, sendo 05 grupos técnicos e 01 financeiro, compostos em média de 07 pessoas. Os grupos técnicos tiveram a atribuição de analisar a execução geral dos Subprogramas 1, 2 e 3, especialmente, de alguns componentes assim definidos: **Grupo 01** – Sistema de abastecimento de água do Pípiripau; **Grupo 02** – Sistema de esgotamento sanitário de Mestre D’Armas; **Grupo 03** – Pavimentação asfáltica e drenagem pluvial urbana do Recanto das Emas, uma das cinco cidades beneficiadas; **Grupo 04** – Programa de Proteção para as Estações Ecológicas de Águas Emendadas – ESEC-AE e do Jardim Botânico - ESEC-JB e o **Grupo 05** - Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. O grupo financeiro ficou responsável pela análise geral no que diz respeito a questões de caráter financeiro-institucional, dentre outras.

Participaram da formação destes 06 grupos, técnicos da CAESB, NOVACAP, ADASA, IBRAM, Secretaria de Obras, Secretaria de Fazenda, Moradores do Recanto das Emas, Líder Comunitário do Bairro Mestre D’Armas e representantes do BID, como apoio, que desenvolveram suas atividades no dia 06 (final da manhã e a tarde) e no dia 07 até as 10:00 horas. A partir de então, foram iniciadas as apresentações dos trabalhos dos grupos, em Power-Point, resultante das análises realizadas, contemplando os seguintes aspectos: (i) o que funcionou bem, (ii) o que não funcionou bem, (iii) como garantir a sustentabilidade do que foi implantado e o que precisa, (iv) o que falta fazer, (v) quais as principais lições aprendidas. As apresentações tiveram conteúdos detalhados, com informações claras e objetivas, apresentando gráficos, algumas fotos, antes e depois das interferências do Programa, contribuindo de forma significativa para a disseminação, entre todos os participantes, do conhecimento a respeito da melhoria da qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal atingida com a execução de um Programa desta envergadura.

Concluídas as apresentações dos grupos, no final do tarde do dia 07, o Especialista Setorial do BID, Sr. Patrício Naveas e a Coordenadora Geral do Programa, Sra. Maria Inês Gomes da Costa procederam ao encerramento do Seminário, agradecendo a presença e o envolvimento de todos nos trabalhos e registrando que as expectativas foram atendidas.

O resultado consolidado dos trabalhos dos grupos, bem como a lista de presença dos participantes, encontram-se anexos.

Brasília, 19 de outubro de 2009.


MARIA INÊS GOMES DA COSTA
Coordenadora Geral


PATRÍCIO NAVEAS
Especialista Setorial do BID

ANEXOS:

- **Anexo 2A:** Agenda do Seminário de Término do Projeto;
- **Anexo 2B:** Lista de presença dos participantes do Seminário;
- **Anexo 2C:** Composição dos 06 Grupos de Trabalho;
- **Anexo 2D:** Síntese das informações dos trabalhos dos 06 grupos;

ANEXO 2 A

PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL

Seminário de Término do Projeto

Data: 06 e 07 de outubro de 2009.

Local: SGAS 915, Lote 75/76, PARLAMUNDI (térreo), Auditório Tom Jobim.

Primeiro dia: 06 de outubro de 2009

08:30h - Inscrições

09:00h - Abertura do Seminário – Informa-se o propósito da reunião, e convidam-se os integrantes que irão formar a mesa do ato de abertura.

09:15h - Especialista do BID – Apresenta o propósito do Seminário e metodologia de trabalho.

09:30 h - Representante do Mutuário/Executor - Resultados e expectativas.

09:45h - Coffee-break e formação dos Grupos de trabalho, de acordo com os componentes do Programa e um grupo da Área Financeira.

10:00h – Início do trabalho dos Grupos

12:30h - Almoço Livre

14:30h - Continuação do trabalho dos Grupos

Segundo dia: 07 de outubro de 2009

09:00h - Elaboração dos resultados dos trabalhos dos Grupos

10:30h - Coffee-break

10:45h - Exposição e discussão em plenário dos trabalhos dos Grupos

13:00h - Almoço Livre

14:30h - Exposição e discussão em plenário dos trabalhos dos Grupos

17:00h - Encerramento do Seminário

Orientações para o trabalho dos Grupos

Cada Grupo trabalhará numa sala independente e **nomeará** um **Coordenador-Relator** e um **Secretário de Anotações**.

Cada Grupo Técnico estará integrado por representantes do órgão executor do componente respectivo, pessoal da área operativa, representantes dos beneficiários e demais convidados interessados no tema específico. **O Grupo Financeiro** estará conformado por representantes do órgão executor, dos auditores externos e da Secretaria da Fazenda do Mutuário.

Os Grupos Técnicos farão uma análise da execução do componente respectivo de acordo com a **Pauta de Trabalho** anexa, registrando os fatores que explicam as principais diferenças, para mais ou para menos, entre o planejado e o logrado, bem como uma relação do que funcionou bem e que não funcionou, e para cada caso, a explicação do porque. Também, analisarão o que é que falta fazer daqui para frente, seja o que ficou pendente ou de novas coisas a fazer, com ênfase na sustentabilidade dos investimentos. Por último, cada Grupo deverá indicar as principais lições aprendidas que deixou a execução do componente.

O Grupo Financeiro fará uma análise dos temas relativos ao cumprimento das obrigações contratuais de caráter financeiro-institucional, da qualidade da informação financeira, da forma de atuação e utilização do sistema de informações gerenciais, das demonstrações financeiras do Programa e respectivas auditorias, da estrutura organizacional e capacidade operacional dos co-executores, da execução do componente de Fortalecimento Institucional do Programa, dos sistemas contáveis e de controle interno, do controle de ativos adquiridos com os recursos do Programa, e dos ajustes nos custos e remanejamentos ocorridos entre as categorias de investimentos do Programa.

Não se pretende buscar o consenso em todos os pontos. Os Grupos deverão registrar as diferenças de opinião, se não houver acordo após as discussões.

No plenário, o Coordenador-Relator apresentará um resumo das principais conclusões do trabalho do Grupo, preferencialmente com projetor de computador, e o Secretário de Anotações tomará nota dos comentários que receber dos participantes do plenário.

Pauta de Trabalho

Os Grupos deverão responder:

- O que funcionou bem no componente?
- O que não funcionou bem?
- Como garantir a sustentabilidade do que foi implantado? O que precisa?
- O que falta fazer (se houver)?
- Quais as principais lições aprendidas? Escrever as respostas em PowerPoint, para serem apresentadas ao plenário do Seminário

ANEXO 2 B

Lista de Participantes



PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL

Seminário de Término

06 e 07 de outubro de 2009

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	CARGO	E-MAIL	TELEFONE
Acyllino José dos Santos Neto		CAESB	Assessor de Planejamento	acyllino@caesb.df.gov.br	3213-7121
Adalton Geraldo de Souza		CAESB	Técnico UGL/CAESB	adalton@caesb.df.gov.br	3213-7188
Adão Nunes da Silva		SF/DF	Diretor Geral de Dívidas, Aísis e Haveres da Subsecretaria do Tesouro	adiao@sf.df.gov.br	3213-7188
Ademilton Pereira Lima		Gerenciadora-UGP	Técnico Financeiro UGP	ademilton@ugp.df.gov.br	3213-7188
Alessandra Guimarães		SO/DF	Técnica	alessandra@so.df.gov.br	3213-7188
Angela Biagini D. Barbosa		CAESB	Gerente de Produção	angela@caesb.df.gov.br	3342-2627
Ângela Carla Denório Marra		CAESB	Coordenadora UGL/CAESB	angelacarla@caesb.df.gov.br	3213-7159
Ayilton Lopes Santos		ESEC-AE	Coordenador da Estação Ecológica de Águas Emendadas	ayilton@eesc.df.gov.br	3501-1790
Bernard Darnel		BID	Consultor	bernard@bid.df.gov.br	9618-7737
Carmelo Wanderley César		NOVACAP	Técnico Financeiro	carmelo@novacap.df.gov.br	3214-7950
Cinthia M. P. Cavalcanti		CAESB	Coordenadora de Análises Laboratoriais	cinthia@caesb.df.gov.br	3213-7385
Cristiano Mano da Silva		CAESB	Gerente de Planejamento e Controle Operacional	cristiano@caesb.df.gov.br	3213-7120
Cristiano Pinho		CAESB	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente	cristiano@caesb.df.gov.br	3213-7120

1 / 4

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	CARGO	E-MAIL	TELEFONE
Danielle Abud		ESEC-JB	Técnica	dani.abud@hotmail.com	8182-98
Edmundo Ramos da Silva		Recanto das Emas	Morador Local	edmundo@recanto-das-emas.df.gov.br	922
Edriane Cristina Dantas		SO/DF	Técnico Adm Pública	edriane@so.df.gov.br	
Eduardo Costa Carvalho		ADASA	Técnico	eduardo.carvalho@adasa.df.gov.br	
Erinaldo Pereira da Silva Sales		NOVACAP	Coordenador UGL/NOVACAP	erinaldo@novacap.df.gov.br	
Gaspar Ferreira Duarte		NOVACAP	Técnico UGL/NOVACAP	gaspar@novacap.df.gov.br	
Geraldo de Sousa Leite Jr		CAESB	Gerente de Execução de Obras Centro-Norte	geraldo@caesb.df.gov.br	3213-7315
Gilmar Alves Barbosa		RAXV-Recanto das Emas/DF	Assistente RAXV/DF	gilmar@raxv.df.gov.br	9205-2368
Gustavo Souto Malor		IBRAM	Presidente	gsms@ibram.df.gov.br	3325-8355
Isaac Nuno Carvalho de Azevedo		ESEC-JB	Técnico	isaacnuno@yahoo.com.br	3266-4236
Jaime Alarcão		SO/DF	Secretário Adjunto	JAIME.ALARCÃO@GOV.BR	
Jeanito Gentilini		ESEC-JB	Diretor	jeanito@eesc.df.gov.br	9970-2262
João Batista Padilha Fernandes		CAESB	Diretor de Produção e Comercialização	joao@caesb.df.gov.br	3213-7110
José Roberto Soares		Gerenciadora-UGP	Coordenador Técnico UGP	joao@ugp.df.gov.br	9145-7176
Leandro Silva Cavalcante		CAESB	Coordenador de Controle Operacional	leandro@caesb.df.gov.br	3213-7184
Lutz Alber Lemos		Gerenciadora-UGL/CAESB	Técnico de Controle Físico UGL/CAESB	lutz@ugl-caesb.df.gov.br	3435-4959
Lutz Carlos Buriti Pereira		ADASA	Assessor Técnico da Presidência	lutz.buriti@adasa.df.gov.br	
Lutalice Barbaro Labarère		IBRAM	Assessora da Presidência	lutalice@ibram.df.gov.br	3325-8832

GOV.BR

2 / 4

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	CARGO	E-MAIL	TELEFONE
Márcio Edvandro Rocha Machado		SO/DF	Secretário de Obras		
Maria Cristina Gonçalves Reis		SF/DF	Gerente da Dívida Pública e Ajuste Fiscal	maria.cristina.goncalves@pbr.gov.br	3212580
Maria de Fátima e Sousa		Gerenciadora-UGP	Técnico Controle Físico UGP	fatima.mf.sousa@pbr.gov.br	
Maria Inês Gomes da Costa		UGP/SO	Coordenadora Geral do Programa		3967-3860
Maria Lúcia Ferreira Borges		RAV-Recanto das Emas/DF	Gerente de Planejamento e Ordenamento Territorial	marialucia@yaho.com	
Maria Sílvia Thomé		Gerenciadora-UGL/CAESB	Técnico Administrativo-Financeiro UGL/CAESB	maria.silvia.thome@pbr.gov.br	3435-4959
Mônica Merlo		BID	Especialista Financeira	monica.merlo@pbr.gov.br	
Patrício Naves		BID	Especialista Sertorial	patricio.naves@pbr.gov.br	3212-5253
Paulo César Magalhães Fonseca		IBRAM	Assessor da Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas	pcmf@pbr.gov.br	3181-7747
Paulo Júnior		ADASA	Técnico	Paulo Junior@adasa.gov.br	3161-5224
Paulo Roberto Rabelo Adriano		CAESB	Especialista Ambiental	PauloRoberto@caesb.gov.br	3213-7457
Pedro da Silva Teixeira Neto		SO/DF	Diretor	PedroTeixeiraNeto@pbr.gov.br	3212-5830
Rosana A. Mesquita		SF/DF	Chefe Núcleo de Controle da Dívida Pública Consolidada	rosana.mesquita@pbr.gov.br	3212-5830
Ryuichi Komeno		CAESB	Gerente de Produção	ryuichi.komeno@caesb.gov.br	3388-5723
Selma A. Rodrigues das Neves		Recanto das Emas	Moradora Local	Selma@recantodasemas.gov.br	9276-7302
Solange Cordeiro Silva Rocha		CAESB	Especialista Ambiental	Solange@caesb.gov.br	3213-7324
Tarcísio Reis Queiroz		CAESB	Gerente de Execução de Obras Oeste-Sul	Tarcisio@caesb.gov.br	3213-7350
Valdemir Domingos		Mestre D'Armas	Vice-presidente da Associação de Moradores	valdemir@madm.gov.br	9998-3654

3 / 4

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	CARGO	E-MAIL	TELEFONE
Valkenís dos Santos		CAESB	Gerente de Execução Financeira	valkenis@caesb.gov.br	3213-7320
Valter Pereira Gomes	SUBSTITUÍDO	Mestre D'Armas	Presidente da Associação de Moradores		8412-5549
Vladimir A. P. Ferreira		CAESB	Especialista Ambiental		3213-7431
Washington Siqueira		ESEC-JB	Diretor Executivo Adjunto		
Carlos Edile		GEOLÓGICA	DIRETOR TÉCNICO	carlos.edile@geologica.gov.br	3213-7325
Marcos Fiebo		CAESB	Sup. Obras	marcos.fiebo@caesb.gov.br	3213-7325
* Valéria Saraiva		GEOLÓGICA	Coordenadora de M.	valeria.saraiva@geologica.gov.br	3213-7325
Antônio Pacheco		CAESB	Analista Técnico	antonio.pacheco@caesb.gov.br	3213-7325
Sérgio Augusto de Sá		CAESB	Analista Técnico	sergio.augusto@caesb.gov.br	3213-7325
CARLOS SA		LOUÇON	GERENTE	carlos.sa@loucon.gov.br	3213-7325
ERONALDO DACC		IBRAM	TÉCNICO IBAM	eronaldo@ibram.gov.br	3213-7325
MARCIO TAGLIAPI		IBRAM	DIRETOR	marcio.tagliapietra@ibram.gov.br	3213-7325
NECY YONAMINE		SEPLAN/MP	Técnicas SEPLAN	necy.yonamine@seplan.gov.br	3213-7325
Andréa Regina Pereira Brito		ADASA	ENGENHEIRO	andrea@adasa.gov.br	3213-7325
Cláudio de Sá		MESTRE D'ARMA			
Daniel B. Carval		ADASA	ANALISTA	daniel.carval@adasa.gov.br	3213-7325

4 / 4

ANEXO 2 C
GRUPOS DE TRABALHO DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA DE
DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL (Empréstimo 1288/OC-BR BR0345)
BRASILIA, 6 -7 DE OUTUBRO DE 2009

➤ **SUBPROGRAMA 1: Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgoto. (Grupos 1 e 2)**

GRUPO 1 - COMPONENTE: Sistema de Abastecimento de Água. CAESB

Função no Grupo	Nome	Instituição e Cargo	Departamento
Coordenador-Relator	Ângela Marra	CAESB - Coordenadora da UGL-	Unidade de Gerenciamento Local
Secretário de anotações	Sílvia Thomé	CAESB - Técnico Administrativo-Financeiro	Unidade de Gerenciamento Local
Representante da área de fiscalização	Geraldo Leite Jr.	CAESB - Gerente de Execução de Obras Centro-Norte	Superintendência de Obras
Representante da área de operação de água	Ângela Biagini	CAESB - Gerente de Produção	Superintendência de Operação de Água
Representante da área de operação de água	Ryuichi Komeno	CAESB - Gerentes de Produção	Superintendência de Operação de Água
Representantes da área de Meio Ambiente	Paulo Adriano	CAESB - Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ,Especialista ambiental	Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Representante da Comunidade	Clebson	Mestre d'Armas - Representante da Associação de Moradores	Bairro Mestre d'Armas em Planaltina/DF

GRUPO 2 - COMPONENTE: Sistema de Esgotamento Sanitário. CAESB

Função no Grupo	Nome	Instituição e Cargo	Departamento
Coordenador-Relator	Luiz Alber Lemos	Gerenciadora - Técnico de Controle Físico	Gerenciadora - UGL/CAESB
Secretário de anotações	Adalton Geraldo de Souza	CAESB - Especialista Técnico	UGL/CAESB
Representante da fiscalização	Tarcísio Reis Queiroz	CAESB - Gerente de Execução de Obras Oeste-Sul	Superintendência de Obras
Representante da área de operação de esgotos	Leandro S. Cavalcante	CAESB - Coordenador de Controle Operacional da Bacia do São Bartolomeu	Superintendência de Operação, Manutenção e Tratamento de Esgotos
Representante da área de operação de esgotos	Antônio PedroCristiano	CAESB - Gerente de Planejamento e Controle Operacional	Superintendência de Operação, Manutenção e Tratamento de Esgotos
Representante da área de meio ambiente	Solange	CAESB – Especialista Ambiental da Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Representante da Comunidade	Valdemir Domingos	Vice-Presidente da Associação de Moradores de Mestre d'Armas	Bairro Mestre d'Armas em Planaltina/DF

➤ **SUBPROGRAMA 2: Controle de erosão e inundações (Grupo 3)**

GRUPO 03 - COMPONENTE: Obras de Pavimentação e Drenagem Pluvial. NOVACAP

Função no Grupo	Nome	Instituição e Cargo	Departamento
Coordenador Relator	Gaspar Ferreira Duarte	NOVACAP - Coordenador UGL	Unidade de Gerenciamento Local
Secretário Anotações	Maria Luzia Ferreira Borges	NOVACAP - Gerente de Planejamento	RAXV - Recanto das Emas/DF
Representante RAXV e morador local	Gilmar Alves Barbosa	NOVACAP - Assistente RAXV/DF	RAXV - Recanto das Emas/DF
Representante RAXV e morador local	Edmundo Ramos da Silva	Administração do Recanto das Emas	
Representante da Comunidade e moradora local	Selma Rodrigues das Neves	Administração do Recanto das Emas	
	Benard Darnel	Consultor do BID	

SUBPROGRAMA 3. Melhoria do marco regulador dos serviços públicos e da gestão dos recursos hídricos e ambientais.

Grupo 04 Componente: Proteção para as Estações Ecológicas ESEC-AE e ESEC-JB. IBRAM

Função no Grupo	Nome	Instituição e Cargo	Departamento
Coordenador Relator	Luizalice Barbaro Labarrère	IBRAM - Assessora da Presidência	
Secretário de anotações	Paulo César Magalhães Fonseca	IBRAM - Técnico	
Representante da ESEC-AE	Aylton Lopes Santos	IBRAM – Coordenador da ESEC-AE	
Representantes da ESEC-JB	Jeanito Gentilini	IBRAM – Diretor da ESEC-JB	
	Washington Siqueira	IBRAM - Diretor Executivo Adjunto da ESEC-JB	
	Danielle Abud	IBRAM – Técnica da ESEC-JB	
	Isaac Nuno Carvalho de Azevedo	IBRAM – Técnico da ESEC-JB	

Grupo 05 - Componente: Monitoramento dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. ADASA

Função no Grupo	Nome	Instituição e Cargo	Departamento
Coordenadora Relatora	Cíntia M. P. Cavalcanti	CAESB - Ger.Monit.Qualid.Água	
Representante da ADASA	Paulo Júnior	ADASA - Técnico	
Representante da Gerenciadora do Programa	José Roberto Soares	Gerenciadora, Coordenador Técnico UGP	

❖ **Grupo 06 – Grupo Financeiro**

Função no Grupo	Nome	Instituição e Cargo	Departamento
Coordenador Relator	Ademilton Pereira Lima	Gerenciadora - Coordenador Financeiro	Unidade de Gestão do Programa
Secretaria de anotações	Maria Cristina Gonçalves Reis	Secretaria de Fazenda – Gerente	Gerência da Dívida Pública e ajuste Fiscal
Representante da CAESB	Valkenis dos Santos	CAESB – Gerente de execução financeira	Diretoria Financeira
Representante da SF/DF	Rossana A. Mesquita	Secretaria de Fazenda - Chefe Núcleo	Controle da Dívida Pública Consolidada
Representantes da SO/DF	Edriane Cristina Dantas	Secretaria de Obras – Técnica Adm. Pública	Subsecretaria de Gerenciamento de Programas de Obras
	Pedro da Silva Teixeira Neto	Secretaria de Obras - Diretor	Subsecretaria de Gerenciamento de Programas de Obras
Participante do BID	Monica Merlo	Representação do BID, Especialista Financeira	Área Financeira do BID

ANEXO 2 D
RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA
DE SANEAMENTO BÁSICO NO DISTRITO FEDERAL (Empréstimo 1288/OC-BR)

➤ **SUB-PROGRAMA I – Aumento da cobertura dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e tratamento de esgoto no DF; e melhoria da eficiência da CAESB – Grupos 1 e 2.**

GRUPO 1 - COMPONENTE: Sistema de Abastecimento de Água.

PROPOSITO: Aumento da cobertura dos serviços de água potável

Tema	O que funcionou bem	O que não funcionou bem	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
Ampliação e melhoramento do Sistema de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> • <u>ETA Brasília</u> – Compatibilização das obras de melhorias com a continuidade da operação da Estação, permitindo manter a qualidade da água distribuída; otimização do projeto inicial sem aumento de custos; resultados iniciais de tratamento indicam acerto na tecnologia adotada; a participação da equipe operacional durante a execução das obras; • <u>Sistema Pipiripau</u> – possibilitou o aumento da produção, ampliação da distribuição e garantia da qualidade e regularidade no abastecimento de Planaltina e Sobradinho; • <u>Condomínios de baixa renda</u> – melhoria da qualidade de vida da população de Mestre d'Ármas; • <u>R2 – Sobradinho</u> – qualidade, continuidade e ampliação do abastecimento • <u>Lago Sul</u> – regularização no abastecimento, equalização das pressões das redes com conseqüente redução de perdas, permitindo ampliação da área abastecida nas regiões adjacentes; • <u>Sistema Contagem/Paranoazinho</u> – permitirá atender a Portaria 518/2004, do Ministério da Saúde, quanto à exigência da etapa de filtração para águas captadas superficialmente; adequação do processo de tratamento, melhorando a qualidade da água e garantindo a continuidade no abastecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • A inexistência de <i>as built</i> impediu a identificação prévia de interferências (ETA Brasília, ETA Contagem/Paranoazinho); • Levantamento de campo insuficiente para identificar interferências (adutora Pipiripau, adutora do Lago Sul, ETA Brasília, ETA Contagem/Paranoazinho); • A inexistência de sondagens, quando da elaboração dos projetos, acarretou na necessidade de alteração das fundações (Reservatórios R-2 Sobradinho, Mestre d'Ármas e R -6, e adutora Pipiripau); • Descompasso entre a implantação das obras civis e a montagem dos equipamentos com sistema de automação (ETA Brasília e Booster Lago Sul); • Questões fundiárias e ambientais; • Dificuldades executivas (necessidade de adequar projetos e buscar tecnologias alternativas) (ETA Contagem, Reservatório R-6, Melhorias na adutora Contagem); Falta de integração entre as obras da CAESB e as da NOVACAP 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar, dentro do orçamento da empresa, recursos para manutenção preventiva e preditiva das diversas unidades; • Promover o planejamento, monitoramento e controle dos sistemas visando detectar as necessidades de expansão; • Assegurar, dentro do orçamento da empresa, recursos para expansão dos sistemas; • Promover a atualização tecnológica das unidades; • Assegurar a proteção das áreas de captação; • A sustentabilidade deverá ser objeto de estudos mais abrangentes, tanto do ponto de vista conceitual como territorial, considerando, inclusive, outros usos dos mananciais, como agricultura irrigada.

			O que falta fazer: <ul style="list-style-type: none"> • Concluir as obras de Reforma e Ampliação da ETA Brasília (5%) • Concluir as obras de melhoria na Adutora Contagem (30%) • Concluir a implantação do Reservatório R-6, Sobradinho (20%) • Concluir a implantação da ETA Contagem/Paranoazinho (20%)
Lições aprendidas	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de integrar as obras executadas pela CAESB e NOVACAP, DER, DNIT etc; • Necessidade de reavaliar projetos, orçamentos e prazos de execução, nos casos de defasagem representativa entre sua elaboração e a execução das obras; • Necessidade de aprimorar os processos de comissionamento, pré-operação e recebimento de obras; • Necessidade de sondagens prévias e levantamento de campo adequado para detecção de interferências; • Necessidade de pré-qualificação de fornecedores ; • Exigir, na conclusão da obra, cadastro atualizado, manual de operação e de manutenção; • Compatibilizar o início da pré-operação com a conclusão da automação; • Necessidade de Caderno de Encargos para elaboração de projetos, levando em consideração análise de custos do ciclo de vida global 		

O que funcionou bem? Aspectos Ambientais:

Evento	Impacto	Lições Aprendidas
<p>Em decorrência do controle que se fez necessário para a questão ambiental das obras do Subprograma 1, como atendimento das condicionantes das Licenças de Instalação das obras, para posterior expedição das Licenças de Operação, foi criado na Estrutura Organizacional da Companhia a Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.</p> <p>As atividades desta Superintendência se estenderam para todas as demais obras da CAESB, representando uma nova forma de relacionamento da empresa com o meio ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de obras licenciadas • Incorporação e atualização de itens ambientais, saúde e segurança de trabalho no Caderno Encargos de Obras; • Instrumento de avaliação do desempenho ambiental (CHECK LIST); • Ampliou a equipe de supervisão e orientação ambiental; • Cálculo da evolução do desempenho ambiental; • Acompanhamento as condicionantes ambientais; • Mudanças de atitude na CAESB em algumas contratadas; • Maiores cuidados na definição de traçados e locação de obras e na adoção de boas práticas construtivas; 	<p>Além do controle ambiental das obras, é fundamental buscar uma postura ambientalmente sustentável de todos os processos construtivos, inclusive com a criação de instrumento de sanção administrativa, associado ao desempenho ambiental, que dê respaldo às adequações ambientais solicitadas.</p>

GRUPO 2 - COMPONENTE: Sistema de Esgotamento Sanitário

PROPOSITO: Aumento da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário e tratamento de esgoto no DF

Tema	O que funcionou bem	O que não funcionou bem	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
Ampliação da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário e tratamento de esgoto no DF.	<ul style="list-style-type: none"> Escavação e transporte de materiais executados manualmente, em áreas de preservação e em outras onde não era recomendável o uso de equipamentos, para reduzir o impacto de degradação em área com alto grau de dificuldade de recuperação (terreno saturado, de mata ciliar, paisagismo a ser preservado). Exemplos: Redes e Interceptor Mestre d'Armas, Redes e Interceptores do Lago Sul e Lago Norte; Revisão de projeto, com utilização de novas técnicas para adaptação ou melhoria operacional, ajuste de escopo. Essa alternativa técnica possibilitou maior facilidade de execução, menor degradação, recuperação de prazo e permitiu que metas fossem alcançadas. Exemplos: Interceptor como poço de segurança em Mestre d'Armas, Interceptor Lago Norte, Redes/Interceptor em Mestre d'Armas 	<ul style="list-style-type: none"> Questões fundiárias, contribuindo para atrasos na execução, alterações de projeto. Exemplos: Elevatórias do Lago Sul, SES Mestre d'Armas; Indefinição do projeto de urbanização e da ocupação do espaço urbano, resultando na necessidade de alteração nas condições de implantação das redes, ramais condominiais, interceptor e elevatória, e modificação nos custos e prazos de execução. Exemplo: Implantação das redes em Mestre d'Armas. Implantação de obras em terreno saturado, com grande profundidade, instabilidade de taludes ou áreas com dificuldades de acesso, contribuindo para: (i) variação de custo e prazo de execução e a necessidade de uso de métodos e equipamentos não previstos (escavação x método não destrutivo, travessia aérea) e (ii) maior degradação ambiental. Exemplos: Interceptor Lago Norte, Elevatórias do Lago Sul, Interceptor e rede de Mestre d'Armas; Implantação da Estação Elevatória de Esgotos em área de Condomínio Residencial. Reclamações de moradores quanto a odores, trânsito de caminhões e poluição sonora da operação. Exemplo: ETE Mestre d'Armas, ETE Gama Descoberta de sítio arqueológico durante a execução da obra tendo como consequência o embargo da obra, mudança de projeto, aumento de custo, atraso de execução e efeito no atendimento de condicionantes de Termos de Ajustamento de Conduta. Exemplo: Interceptor Melchior. Incompatibilidade do projeto licitado com licenciamento ambiental. Em determinadas situações, as soluções definidas conflitam com o licenciamento ambiental, obtido anteriormente. Exemplo: ETE do Lago Sul 	<ul style="list-style-type: none"> Automação das ETEs, interligação a outros sistemas e implantação de sistema de emergência, de forma a oferecer operação sustentável Projetos com eficiência energética (equipamentos, controle, integração) A falta de sistemas de drenagem, pavimentação ou usos não planejados do espaço urbano, podem comprometer a sustentabilidade dos empreendimentos Retorno da mobilização comunitária após a implantação e início da operação dos sistemas <p>O que falta fazer:</p> <ul style="list-style-type: none"> Complementação da rede, ligações e ramais prediais em Mestre d'Armas (obras atualmente sendo executadas pela CAESB, ≈ 8km) Concluir Interceptor e interligações do Lago Norte (≈250m) Estabilização/adequação dos processos operacionais de alguns empreendimentos implantados (ETE Melchior, Redes de coleta)

		<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de obras de saneamento em localidades com alta declividade, desprovidas de infra-estrutura (drenagem, energia elétrica, urbanização, coleta de lixo, telefonia), com riscos durante a execução de erosões e danos em equipamentos, atraso no início da operação, carreação de sedimentos. Exemplo: Interceptor Lago Norte, Elevatórias do Lago Sul, Interceptor e rede de Mestre d'Armas. • Locação de obras em Área de preservação Permanente com eventual risco de alteração do ambiente local. Exemplo: EEE de Mestre d'Armas, 	
Lições aprendidas	<ul style="list-style-type: none"> • Maior respeito à preservação e conservação ambiental. Considerar a possibilidade de aumento no custo da implantação em tais áreas. • Os projetos devem ser previamente revisados, buscando agregar valor em termos de prazo, custo e qualidade. • As áreas para implantação das obras devem estar liberadas antes do início da execução. • O projeto deve incluir uma visão das práticas locais e contemplar eventuais tendências de mudança, prevendo possíveis adaptações, além de exercer maior controle pelos órgãos competentes. • Definir alternativas de esgotamento sanitário que possibilitem a implantação de redes e interceptores com pequena profundidade. • Evitar localização de ETE em área residencial. Não sendo possível, utilizar: (i) equipamento de desodorização; (ii) borracha para vedar tampas; (iii) caçambas menores para aumentar a frequência de retirada do material; (iv) adição de cal aos resíduos; (v) hermetizar o sistema; (vi) tampas inox ou fibra de vidro nos poços de sucção; (vii) diminuir a permanência do esgoto para evitar decomposição. • Incluir estudo de vestígios arqueológicos no levantamento das áreas onde serão implantadas as obras. • Sempre que houver necessidade de alteração no projeto, consultar a área ambiental para evitar situações de conflito com o licenciamento ambiental. • Verificar, antes de licitar as obras, a existência de infra-estrutura. Caso não exista, definir, junto aos outros órgãos envolvidos. Planejar execução simultânea e completa para garantir integridade e sustentabilidade de toda infra-estrutura urbana. • Promover maior integração entre as áreas da CAESB ligadas à implantação do empreendimento, a fim de evitar definições inadequadas. 		

SUB-PROGRAMA I – Cobertura dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e tratamento de esgoto no DF e melhoria da eficiência da CAESB

- **COMPONENTE:** Aumento da Eficiência Administrativa da CAESB. Fonte: Apresentação de Vídeo Show da CAESB no Seminário
- **PROPOSITO:** Melhoramento da Eficiência da CAESB

RESULTADOS:

ÁGUA						
	2001	2003	2005	2007	2008	Jul/09
Nível de Atendimento (%)	91,72	90,38	98,87	99,40	99,45	99,42
Índice de hidrometração (%)	99,27	99,59	99,89	99,82	99,76	99,78
Nº de ligações	347.661	400.411	435.620	490.557	530.604	548.563
Nº de economias	581.728	649.182	714.245	792.864	845.222	872.825

ESGOTO						
	2001	2003	2005	2007	2008	Jul/09
Nível de Atendimento (%)	87,74	84,74	92,69	93,52	93,71	93,71
Índice de trat.esgoto (%)	66	67	100	100	100	100
Nº de ligações	321.463	342.074	352.692	381.527	402.990	429.088
Nº de economias	552.089	589.859	625.128	672.181	706.023	741.831

RECEITA OPERACIONAL (EM R\$ MILHÕES)				
2004	2005	2006	2007	2008
485	610	654	752	811

EFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO (EM R\$ 1.000)							
ANO	1999	2001	2003	2005	2007	2008	mai/2009
FATURAMENTO	269.952	296.505	405.536	609.519	752.733	810.636	333.388
ARRECADAÇÃO	242.703	269.965	407.751	606.954	737.944	793.695	318.473
%	89,9	91,0	100,0	99,6	98,0	97,9	95,5

EVOLUÇÃO LIGAÇÕES POR EMPREGADO									
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	mai/2009
166	175	204	214	208	257	266	360	374	411

RECEITA OPERACIONAL X DEX + SDI (R\$ MILHÕES)						
ANO	2004	2005	2006	2007	2008	mai/2009
RECEITA OPERACIONAL	485	610	694	752	811	333
DEX + SDI *	442	503	598	677	768	328

*DEX = Despesas de exploração; SDI = Serviço da Dívida

- **SUB-PROGRAMA II – Controle de Erosões e Inundações: Inclui a implantação de obras de pavimentação de vias e drenagem de águas pluviais nas localidades de Santa Maria, Samambaia, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo II, todas no DF.**

GRUPO 3 - COMPONENTE UNICO: Controle de Erosões e Inundações

PROPÓSITO: Melhorar e expandir a coleta e drenagem de águas pluviais nas áreas sem cobertura ou deficiências de drenagem.

Balanco geral das obras do componente.

SAMAMBAIA

L.O. Nº 007/2.008 - IBAMA (emitida em 09/04/2008)

- O Programa executou apenas os lançamentos 5, 8A e 16
- Os demais lançamentos, mesmo não tendo sido executados pela NOVACAP, terão suas estruturas físicas (dissipadores) corrigidos por esta Companhia.
- O lançamento 5, que é composto de 7 bacias de retenção, foi executado às margens da BR-060, aproveitando uma área já degradada devido a exploração de cascalho. As bacias já foram limpas o que garante a eficiência do sistema implantado.

SÃO SEBASTIÃO

L.O. Nº 168/2008 - IBRAM (emitida em 12/12/2008)

- Criação do Bairro São Bartolomeu

SANTA MARIA

L.O. Nº 163/2008 – IBRAM (emitida em 03/12/2008)

- O canal de drenagem é uma obra que começou a ser executada em 1994, mas devido aos impedimentos de ordem fundiária, levou a um atraso na sua conclusão.
- A erosão na cabeceira do ribeirão Santa Maria foi estabilizada a partir do momento em que as águas pluviais das quadras 416/516 foram direcionadas para o canal. A correção desta erosão está prevista para o convênio da Terracap e Novacap.
- Obras de ampliação do bueiro da DF-290, situado em frente ao dissipador do canal (lançamento 3) serão executadas, o que garantirá segurança ao talude da rodovia, entre outros

RIACHO FUNDO II

LO Nº 026/2.008 - IBAMA

- As obras do lançamento 1, situado dentro do Parque Ecológico e Vivencial de RF, foram concluídas. Importante ressaltar que o processo erosivo provocado pelo desvio das águas pluviais, foi totalmente recuperado.
- O lançamento 2 foi executado dentro da Fazenda Sucupira – EMBRAPA e acompanhado por eles também. As obras foram executadas totalmente em conformidade ambiental.

RECANTO DAS EMAS

L.O. Nº 172/2.008 - IBRAM (emitida em 24/12/2008)

- todos os lançamentos foram feitos pelo Programa de Saneamento Básico
- as obras de drenagem pluvial de maior relevância foram os lançamentos 1 (córrego Estiva) e lançamento 7 (córrego Monjolo), onde foram executadas os projetos de sistematização dos córregos, para o amortecimento da onda de cheia.

Continuação: SUB-PROGRAMA II – Controle de Erosões e Inundações

Tema	O que funcionou bem	O que não funcionou bem	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
Eliminar o problema de inundações periódicas e/ou erosões causadas por chuvas intensas em 10 pontos críticos identificados para as obras de drenagem.	<ul style="list-style-type: none">Melhorou a qualidade de vida dos moradores tendo acesso à limpeza urbana, à segurança, à saúde e transporte coletivo.O patrimônio aumentou com a valorização imobiliária.O Estado ganhou receita com impostos (IPTU).Melhorou a participação popular e a conscientização da comunidade.Aumentou a auto-estima, fortalecimento do amor ao local, acabando com denominações pejorativas, tais como: Taubaté, Espanha, etc.Atraiu novos empreendimentos, gerando empregos e renda.	<ul style="list-style-type: none">Não houve um trabalho eficiente de conscientização da população.Falta de estudos adequados da capacidade dos córregos receptores das águas pluviais nas cidades beneficiadas pelo componente.	<ul style="list-style-type: none">Trabalho de conscientização, fortalecimento comunitário, visando preservar as obras executadas. Ex: não jogando lixo nas bocas-de-lobo, quebrando meios-fios, executando quebra molas indevidos, etc. Esta campanha deve ser realizada antes, durante e depois da execução dos serviços.Manutenção e limpeza das bacias de retenção e das bocas-de-lobo.Operação tapa buraco ágil, principalmente na reposição onde houver danos na pavimentação.
			<p>O que falta fazer</p> <ul style="list-style-type: none">Obras complementares, não previstas no Programa, tais como calçadas, implantação/urbanização de praças, complementação das obras das barragens de sistematização.
Lições aprendidas	<ul style="list-style-type: none">Planejar melhor as obras e/ou projetos.Integração de todos os envolvidos (órgãos do governo e comunidade).Substituição das obras em canais por galerias.		

SUB-PROGRAMA III – Melhoria da Regulação e Controle Ambiental – Grupos 4 e 5.

GRUPO 4: COMPONENTE: Proteção para as Estações Ecológicas ESEC-AE e ESEC-JB. IBRAM

Tema	O que funcionou	O que não funcionou	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
<p>Programa de Proteção das Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) e da Estação Ecológica do Jardim Botânico (ESEC-JB)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A forma de construção e condução, envolvendo os diferentes atores sociais • A condução do processo de elaboração do Plano de Manejo, por meio do planejamento participativo; • A integração das duas Unidades de Conservação–UC (Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado) • A definição de metodologias de trabalho para garantir a sustentabilidade e proteção ambiental das UC • O comprometimento dos dirigentes das instituições envolvidas • O acompanhamento e apoio da UGP/SO • A capacitação os técnicos envolvidos para o desenvolvimento dos trabalhos, na execução dos Programas • A exigência de qualidade técnica no cumprimento do Termo de Referência • A co-responsabilidade das instituições na execução do componente 	<ul style="list-style-type: none"> • A interlocução inicial com o órgão executor (SO), no que diz respeito à necessidade de conhecimento sobre questões ambientais; • Definição de critérios específicos, no início dos trabalhos, para escolha do executor, que deveria ter afinidade com a área ambiental, o que comprometeu o cronograma de execução do trabalho; • Sobrecarga de atividades para equipe de trabalho das instituições; • Prazo reduzido para execução do contrato, em virtude das questões administrativas e burocráticas; • Critérios gerais de avaliação e acompanhamento não adaptados à realidade dos trabalhos realizados na área ambiental • 	<ul style="list-style-type: none"> • Alocação de recursos • Compromisso governamental • Efetivação de parcerias interinstitucionais • Participação da comunidade • Revisão do Plano Anual de metas estabelecidas nos Programas das UC <p>O que falta fazer</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar Conselhos Consultivos para o acompanhamento dos Programas • Efetivar os Comitês de Implantação dos Programas • Implantar as metas definidas no planejamento • Ampliar a divulgação dos resultados obtidos, para o meio científico e a comunidade em geral • Realizar novas parcerias para execução das ações descritas nos Programas • Garantir a continuidade técnica e administrativa para execução do Plano de Manejo nas Unidades de Conservação • Promover a participação da sociedade no processo de monitoramento e gestão • Captar recursos para a execução dos Programas • Alimentar o banco de dados sobre as UC, obtidos durante a execução do programa
<p>Lições aprendidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A importância do rigor e qualidade técnica dos trabalhos • Que os Termos de Referência devem ser claros, objetivos e expressar, de forma detalhada, as necessidades do contratante; • Ampliação do conhecimento com relação às questões administrativas, exigidas para execução do contrato Proporcionar visibilidade das ações adotadas durante o processo de execução do programa • Importância da transparência no processo de execução • Os Resumos Executivos, a exemplo do que foi elaborado para as duas Estações, facilitam o entendimento do produto técnico e contribui para a ampla divulgação dos resultados obtidos 		

SUB-PROGRAMA III – Melhoria da Regulação e Controle Ambiental

GRUPO 5: COMPONENTE: Monitoramento de Recursos Hídricos

PROPÓSITO: Melhoria da gestão dos recursos hídricos e da gestão ambiental:

A. MARCO INSTITUCIONAL E REGULAMENTAR

Criação de Agência Reguladora:

- Criada Agência única – ADASA - conciliando a gestão de Recursos Hídricos (outorgas) e regulação dos serviços públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (lei Distrital nº 3365/2004);
- Advento da Lei do Saneamento – Expansão da esfera de regulação para as atividades de Abastecimento público, Esgotamento Sanitário, Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (Lei Federal 11445/2007)
- Instituída a Lei Distrital 4285/2008, revogando a lei 3365/2004, que atribui à ADASA as atividades de manejo de resíduos sólidos e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

B. PROGRAMAS

1. Programas de Gestão de Recursos Hídricos do Distrito Federal

- PGIRH – Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF e Entorno
- Programa de Recuperação e Proteção de Nascentes e Áreas de Cabeceiras dos Cursos D'água do DF
- Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos do DF
- PDDU – Plano Diretor de Drenagem Urbana

2. Programa de Gestão Ambiental do Distrito Federal

- Sistematização e Otimização dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental e Implantação do Programa de Gestão Ambiental
- Plano de Gestão e Preservação do Lago Paranoá
- Para a implantação do Plano de Gestão do lago Paranoá foram adquiridos, com Recursos próprios CAESB, softwares e equipamentos de tecnologia de ponta:
 - Cromatógrafo a gás – GC/MS
 - Software de geoprocessamento ARQGIS
 - Cromatógrafo de íons
 - Microscópio de fluorescência
 - Sistema de informatização do Laboratório Central
 - Espectrômetro de Emissão Ótica – ICP
 - Registradores de nível e de chuva
 - Programa de Proteção para as Estações Ecológicas de Águas Emendadas e do Jardim Botânico

3. Programa de Desenvolvimento Institucional da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM)

- Programa de Desenvolvimento de Multimeios de Educação Ambiental:
 - Projeto de capacitação de brigadas voluntárias em Unidades de Conservação
 - Execução de serviços e aquisição de equipamentos voltados para a educação ambiental

Continuação: SUB-PROGRAMA III – Melhoria da Regulação e Controle Ambiental

Tema	O que funcionou bem	O que não funcionou bem	Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade
1. Implantação da ADASA	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de outorgas Coleta de informações referentes aos pontos das estações hidrometeorológicas, de forma a montar um banco de dados para série histórica; Regulação dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário 	<ul style="list-style-type: none"> Prorrogação do prazo de execução no cronograma do PGIRH devido a questões internas ocorridas na consultoria contratada e mudanças na gestão técnica da contratante; Aprovação do PGIRH pelo CRH/ DF ocorrida somente após 02 anos de sua entrega; Deficiência de recursos humanos no quadro da ADASA frente às demandas na gestão de Recursos Hídricos 	<p>ADASA e CAESB</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa de manutenções preventivas e corretivas de equipamentos, obedecendo ao cronograma Fornecimento de insumos de forma a garantir a continuidade da prestação dos serviços Programa de treinamento contínuo Garantia de infra-estrutura e logística para os processos de coleta de amostras, envio e tratamento de dados.
2. CAESB	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de equipamento previsto no plano de gestão do Lago Paranoá, promovendo melhoria significativa nos processos analíticos de monitoramento da qualidade da água – compostos orgânicos, agrotóxicos e subprodutos do processo de desinfecção da água; Atendimento Portaria MS 518 (Potabilidade) e Resolução CONAMA 357 (Classificação de Águas Superficiais), entre outras; Aquisição de equipamentos adicionais, promovendo melhoria significativa nos seguintes processos analíticos de monitoramento da qualidade da água: Análises de cátions e ânions por varredura (caracterização iônica), sulfetos e cianetos; Determinação quantitativa de cianobactérias Os equipamentos adquiridos permitirão dar continuidade e ampliar os bancos de dados já existentes, com muito mais confiabilidade, precisão e exatidão; A atualização tecnológica do laboratório é de extrema importância, pois as demandas legais exigem a detecção de valores cada vez menores, possíveis com técnicas analíticas cada vez mais sensíveis; Recuperação de qualidade de água e balneabilidade do Lago Paranoá; 	<ul style="list-style-type: none"> Processos burocráticos: <ul style="list-style-type: none"> Aliado à crise financeira internacional, a demora no processo licitatório ocasionou atraso na aquisição de equipamento (ICP). Houve necessidade de repetição do processo. Atraso na manutenção preventiva de equipamento (Cromatógrafo a gás) 	<p>O que falta fazer</p> <ul style="list-style-type: none"> Atualização tecnológica permanente; Treinamento contínuo; Cadastramento geral dos usuários de Recursos Hídricos (universalização das outorgas) Elaboração dos marcos regulatórios dos serviços de manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana;
Lições aprendidas	<ul style="list-style-type: none"> Maior envolvimento das partes interessadas, em relação à implementação das necessidades identificadas pelos estudos de consultorias Necessidade de mecanismos para promover maior agilidade aos processos de aquisição de produtos e serviços 		

GRUPO 6: GRUPO FINANCEIRO

Valores do Programa (em milhões de dólares)

DISCRIMINACAO	INICIAL	FINAL
VALOR BID	130,0	130,0
VALOR CONTRAPARTIDA	130,0	169,0
PRAZO	5 anos	8 anos
VALOR TOTAL	260,0	299,0
PERDAS CAMBIAIS	-	2,3 mi

Custos financeiros (em milhões de dólares)

	INÍCIO	EXECUTADO
JUROS	26,3	29,6
COMISSÃO DE CRÉDITO	1,7	0,9
FIV	1,3	0,2
AMORTIZAÇÃO (início 12/2006)	-	18,1
SALDO DEVEDOR EM 08/2009: US \$ 11,9 milhões		

Tema	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Sugestões
Administração Financeira do Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de metas de Eficiência por parte da CAESB; • Integração das unidades envolvidas; • Programas de trabalho específicos na Lei Orçamentaria; • Agilidade dos repasses e pagamentos • Remanejamento de recursos entre categorias. foi positiva no sentido de flexibilizar a execução do programa • PARI PASSU sempre favorável a contrapartida • Troca de informações entre o BID e UGP • Disponibilidade do SIG 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração dos manuais e normas durante a execução do programa; • Insuficiência de capacidade de gestão do conjunto da equipe; • Ausência de planos de execução atualizados; • Programação financeira superdimensionada; • Não há um órgão encarregado de monitorar a execução dos programas do GDF, assim como ocorre na união com a STN; • Perda cambial; • Custo de internalização de recursos. exemplo de outros Programas PTU, BSB; • Insuficiência de contrapartida; • Contratos em moeda externa, com insumos nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalizar os trabalhos; • Capacitar a equipe executora no gerenciamento do programa; • A união investe em capacitação gerencial; • Avaliação periódica dos planos de execução financeira; • Integração da equipe de execução física com programa planejamento financeiro e desembolso e administração da dívida e de ajuste fiscal; • Maior empenho no cumprimento dos prazos contratuais; • Facultar contratos em moeda externa apenas para contratos com demonstração de gastos com insumos no exterior.

ANEXO 3



Banco Interamericano de Desenvolvimento Relatório de Término de Projeto – PCR Avaliação do Mutuário

Número do Projeto: **1288/OC-BR**

Agência(s) Executora(s): **Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal – SO.**

Co-executoras: **Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; e
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.**

Mutuário: **Distrito Federal da República Federativa do Brasil**

Data de Aprovação do Projeto: **06/12/2000**

Data de Efetivo contrato: **06/06/2001**

Data de Avaliação do Mutuário: **30/09/2009**

Data da Reunião de Encerramento: **06 e 07/10/2009**

Classificação de desempenho do Mutuário no Projeto

Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:

☒ Muito Provável (MP) ☐ Provável (P) ☐ Pouco Provável (PP) ☐ Improvável (I)

Implementação do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Resultado de Sustentabilidade do Projeto:

☒ Muito Provável (MP) ☐ Provável (P) ☐ Pouco Provável (PP) ☐ Improvável (I)

Comentários: Satisfatório, como resultante da análise das 03 questões abordadas, uma vez que houve necessidade, por parte do Mutuário, de estender o prazo inicial do Projeto de 05 (cinco) para 08 (oito) anos.
Dentre as ações do Mutuário, destacamos por sua importância e abrangência, as providências tomadas pelas Co-executoras CAESB e NOVACAP, para que setores específicos de gestão ambiental fossem incorporados às Estruturas Organizacionais daquela empresas, objetivando a melhor qualidade das obras e serviços sob as suas responsabilidades.

Desempenho do Mutuário durante a preparação do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Comentários: Satisfatório, uma vez que inicialmente, houveram dificuldades, por parte da CAESB, em demonstrar ao BID a importância de executar o Subprograma 1 em uma única etapa.

Desempenho do Mutuário durante a execução do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto:

[] Muito Satisfatório (MS) [X] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários: Atingido a quase totalidade do escopo do Projeto. (97,9%, em 30/06/2009, constante do Relatório 1º Semestre de 2009 e 98,4%, em 31/08/2009).

Durante a execução do Projeto, houveram dificuldades com relação a questões fundiárias, ambientais e executivas que implicaram na adequação de projetos, busca de tecnologias alternativas e, consequentemente, na prorrogação do prazo de execução. No entanto, superar tais dificuldades foi importante para a conscientização, por parte do Mutuário, acerca da necessidade de maior planejamento técnico, financeiro e ambiental, assim como da manutenção de dados atualizados sobre os empreendimentos existentes.

Outra dificuldade, foi com relação à execução do Subprograma 3 ficar a cargo de duas Secretarias de Estado, sendo que a gestão técnica ficou sob a responsabilidade da então SEMARH, (2001 a 2006), atual IBRAM (a partir de 2007), com atribuições de elaboração dos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Orçamentos Estimativos e aprovação de Produtos e, a gestão administrativa e financeira ficou a cargo da Secretaria de Obras, com a atribuição de efetuar os pagamentos dos produtos analisados e aprovados pelo órgão ambiental, ocasionando com isso inseguranças, conflitos e atrasos nos cronogramas dos componentes.

Desempenho do Banco durante a Preparação e Supervisão do Projeto

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: se o Banco facilitou o desenho do projeto, propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

[] Muito Satisfatório (MS) [x] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários: Consideramos razoáveis os prazos que demandaram para o aceite do Banco com relação às Etapas que antecederam a assinatura do Contrato, em 11/06/2001, em face da envergadura do Projeto. No entanto, entendemos que as Políticas de Licitação, do Banco, vigentes no *período de junho de 2001 a agosto de 2006, 5 anos de Programa*, demandaram tempo excessivo no processo de consecução, contribuindo para a demora nas contratações de obras, serviços e aquisições e, ainda, de seleção e contratação de consultores, por conseguinte, no comprometimento do cronograma de execução do Programa. Quanto aos controles exercidos pelo Banco, nas fases de contratação, em que praticamente toda ação depende de aprovação prévia do Banco, percebemos que este procedimento ocasionou lentidão expressiva no processo. Finalizando, vimos comentar ainda, que ao Mutuário foi permitido promover aquisições, com revisão "ex-post", apenas para aquelas que tivessem valor de até US\$ 10 mil, apesar de termos tido outras contratações com valores entre US\$ 10 mil e US\$ 100 mil, que tiveram revisão "ex-ante" e, demandaram, com isso, maiores prazos para suas consecuições.

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.

- (i) Uma contribuição importante seria a promoção de Seminário, pelo Banco, no início do Projeto, com vistas a uniformizar todos os participantes, por parte do Mutuário e demais órgãos envolvidos, gestores, supervisores, planejadores, responsáveis financeiros, projetistas, fiscais de obra, especialistas ambientais etc., acerca dos seguintes aspectos:
 - ✓ Conhecimento geral sobre o Programa;
 - ✓ Nível de exigência do Banco, no que se refere aos requisitos considerados necessários à boa execução dos empreendimentos;
 - ✓ Disseminação das regras do Banco para outras áreas do Mutuário, além da própria UGP, etc.
- (ii) Promoção de Seminários, pelo Banco, ao longo do desenvolvimento do Projeto com vistas a nivelar todos os participantes, acerca dos seguintes aspectos:
 - ✓ Disseminação de novas tecnologias;
 - ✓ Contribuição com lições aprendidas em outros projetos;
 - ✓ Sugestão de novas diretrizes de trabalho, etc;
- (iii) Objetivando celeridade das etapas, mas sem comprometimento da qualidade, sugerimos que nas próximas Operações de Crédito, a revisão de documentos "ex-ante", pelo Banco, *seja feita apenas para as etapas decisivas relativas ao planejamento e execução dos componentes do escopo do Projeto*;
- (iv) Em face das implicações relativas às "perdas cambiais", sugerimos, também, para as próximas Operações de Crédito, seja facultado ao mutuário desembolso em moeda nacional, de forma a evitar custos decorrentes de variações cambiais e de intermediação financeira das operações de internalização dos recursos.

ANEXO 4

ALTERAÇÕES Nº 1 e 2 DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 1288/OC-BR

Empréstimo 1288/OC-BR
Alteração No. 1

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

DISTRITO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado “Banco”) e o DISTRITO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada “Mutuário”), com a interveniência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominados, em conjunto, “Fiadores”).

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR, celebrado em 11 de junho de 2001 entre o Banco e o Mutuário (a seguir denominado o “Contrato”), relativo ao Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal (denominado “Programa”):

1. Fica modificada a Cláusula 4.01 das Disposições Especiais do Contrato, com a seguinte redação:

“CLAUSULA 4.01 Aquisição de obras e bens” As obras e bens devem ser adquiridos de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-6 (“Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), datado de fevereiro de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:

(a) Concorrência Pública Internacional: Salvo quando o inciso (b) desta Cláusula estabeleça o contrário, as obras e bens devem ser adquiridos mediante contratos adjudicados de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Aquisições. As disposições dos parágrafos 2.55 e 2.56, e do Apêndice 2 de tais políticas, sobre a margem de preferência doméstica na comparação de ofertas, poderão ser aplicadas aos bens fabricados no território do Mutuário.

(b) Outros Procedimentos de Aquisições: Os seguintes métodos de aquisição poderão ser utilizados para a aquisição das obras e bens que, segundo o Banco, reúnam os requisitos estabelecidos nas disposições da Seção III das Políticas de Aquisições:

- (i) Concorrência Internacional Limitada; de acordo com o previsto no parágrafo 3.2 de tais políticas;
- (ii) Concorrência Pública Nacional, para obras cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$10.000.000 por contrato e para bens cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$500.000 por contrato, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.3 e 3.4 de tais políticas; com exceção das seguintes disposições que não se aplicarão por serem contrárias a tais políticas: (i) os contratos devem ser adjudicados ao concorrente cuja proposta foi avaliada como a mais baixa, sendo tal

1288/OC-BR
Alteração No. 1

Relocação da População Afetada foi elaborado, de acordo com as políticas do Banco, e de que houve um processo de divulgação e de consulta ao público sobre a implantação do mesmo.

(d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:

- (i) Planejamento das Aquisições: Antes de efetuar qualquer convite para uma pré-qualificação ou licitação, conforme o caso, para a adjudicação de um contrato, o Mutuário, por intermédio do Organismo Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco, o plano de aquisições proposto para o Projeto, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este plano deverá ser atualizado cada 12 meses durante a Execução do Projeto, e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição dos bens e obras deverá ser efetuada de acordo com o referido plano de aquisições aprovado pelo Banco e de acordo com o disposto no referido parágrafo 1.
- (ii) Revisão ex ante: Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, todos os contratos serão revisados em forma ex ante, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Para tais propósitos, o Mutuário, por intermédio do Organismo executor, deverá apresentar ao Banco, evidência do cumprimento do disposto no inciso (c) desta Cláusula, e no caso de contratos adjudicados mediante uma Comparação de Preços ou Contratação Direta, o Mutuário, por intermédio do Organismo executor, deverá apresentar ao Banco, antes da seleção do provedor ou empreiteiro, um relatório sobre a comparação e a avaliação das cotizações recebidas, e antes da assinatura do respectivo contrato, evidência do cumprimento do disposto no inciso (c) desta Cláusula, assim como a minuta do contrato.
- (iii) Revisão ex post: Não obstante o disposto no inciso (ii) supra, caso o Banco assim determine por escrito, eventuais revisões ex post das aquisições serão efetuadas de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.”

2. Fica modificada a Cláusula 4.05 das Disposições Especiais do Contrato, com a seguinte redação:

“CLAUSULA 4.05. Contratação e seleção de consultores. A seleção e contratação de consultores deverá ser efetuada de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-6 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), datado de fevereiro de 2006 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

DISTRITO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado “Banco”) e o DISTRITO FEDERAL da República Federativa do Brasil (a seguir denominada “Mutuário”), com a interveniência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominado “Fiador”).

ARTIGO PRIMEIRO

Fica introduzida a seguinte modificação no Contrato de Empréstimo 1288/OC-BR, celebrado em 11 de junho de 2001 entre o Banco e o Mutuário (a seguir denominado o “Contrato”), relativo ao Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal (denominado “Programa”):

1. Fica modificada a Cláusula 1.01 das Disposições Especiais do Contrato, com a seguinte redação:

“**CLÁUSULA 1.01. Custo do Projeto.** O custo total do Projeto é estimado em quantia equivalente a duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e sessenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América (US\$296.363.000). Salvo disposição em contrário neste Contrato, o termo “dólares” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.”

2. Fica modificada a Cláusula 1.03 das Disposições Especiais do Contrato, com a seguinte redação:

“**CLÁUSULA 1.03. Recursos adicionais.** O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, a Mutuário se compromete a prover oportunamente, para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a cento e sessenta e seis milhões, trezentos e sessenta e três mil dólares (US\$166.363.000), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação da Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em dólares, será adotada a regra indicada na alínea (b) do Artigo 3.06 das Normas Gerais.”

1288/OC-BR
Alteração No. 2

3. Fica modificada o parágrafo 3.01 do Anexo A do Contrato, com a seguinte redação:

“O custo do Programa foi estimado no equivalente a US\$296.363.000, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte.”

4. O quadro de custos do parágrafo 3.01 do Anexo A do Contrato é substituído pelo seguinte:

Quadro de Custo e Financiamento
(em US\$)

CATEGORIAS	BID/OC	LOCAL	TOTAL	%
I. Engenharia e Administração	8,944,000	2,562,000	11,506,000	3.9%
Estudos e Consultoria	917,000	126,000	1,043,000	0.4%
Supervisão e Administração	8,027,000	2,436,000	10,463,000	3.5%
II. Custos Diretos	120,811,000	134,709,000	255,520,000	86.2%
Subprograma 1	63,731,000	50,207,000	113,938,000	38.4%
Água Potável	33,023,000	37,040,000	70,063,000	23.6%
Esgoto	30,708,000	12,073,000	42,781,000	14.4%
Aumento de Eficiência	0	1,094,000	1,094,000	0.4%
Subprograma 2	52,395,000	83,532,000	135,927,000	45.9%
Controle de Erosões e Inundações	52,395,000	83,532,000	135,927,000	45.9%
Subprograma 3	4,685,000	970,000	5,655,000	1.9%
Melhoria Regulamentaria e Controle Ambiental	4,685,000	970,000	5,655,000	1.9%
III. Custos Afins	85,000	1,031,000	1,116,000	0.4%
Terrenos e Servidões	0	1,000,000	1,000,000	0.3%
Auditoria	85,000	31,000	116,000	0.0%
IV. Sem Alocação Específica	0	0	0	0.0%
Imprevistos	0	0	0	0.0%
Reajustes	0	0	0	0.0%
V. Custos Financeiros	160,000	28,061,000	28,221,000	9.5%
Juros	0	26,326,000	26,326,000	8.9%
Comissão de Crédito	0	1,735,000	1,735,000	0.6%
Supervisão	160,000	0	160,000	0.1%
TOTAL	130,000,000	166,363,000	296,363,000	100%
%	44%	56%	100%	

ARTIGO SEGUNDO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato, que permanece em pleno vigor, com o texto resultante das alterações mencionadas no Artigo Primeiro deste Instrumento de Alteração Contratual.

1288/OC-BR
Alteração No. 1

ARTIGO TERCEIRO

O Fiador manifesta, expressamente, sua integral concordância com todas as disposições deste Instrumento de Alteração Contratual.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Banco, a Mutuário e os Fiadores, agindo cada qual por intermédio do seu representante autorizado, firmam este Instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o qual entrará em vigor na data da última das quatro assinaturas conforme indicado abaixo.

DISTRITO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

(f)

(f)

Nome: MARIA DE LOURDES ABADIA
Título: GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL

Manuel Rapoport
Gerente do Departamento Regional de
Operações 1

Data: 20/12/2006

Data: 12/15/06

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(f)

Nome: Sônia Portella
Título: Coordenadora-Geral de Operações
Financeiras da União/PGFN

Data: 3.7.07, em Brasília-DF.

ANEXO 5
PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS
RESUMO EXECUTIVO E CONCLUSÕES

Fonte: *Pesquisa de Satisfação em Mestre D'Armas, após Implantação de Redes de Distribuição de Água e de Esgoto, Resumo Executivo e Conclusões, p.p. i – vii, Contrato 7799/2009 CAESB/PBLM Consultoria Empresarial, Brasília, julho de 2009*

PESQUISA DE SATISFAÇÃO EM MESTRE D'ARMAS, APÓS IMPLANTAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE COLETA DE ESGOTOS

APRESENTAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, o Relatório da Pesquisa de Satisfação em Mestre D'Armas, realizada após a implantação de redes de distribuição de água e de coleta de esgotos. Este relatório constitui o terceiro produto previsto no item 5.3 dos Termos de Referência do Contrato no 7799/2009, firmado entre a CAESB e a PBLM Consultoria Empresarial.

Resumo Executivo

Objeto

Concepção, desenvolvimento e aplicação, sob a supervisão de técnicos da CAESB, de pesquisa de satisfação junto aos moradores do Bairro Mestre d'Armas, em Planaltina - DF, com vistas a identificar os resultados decorrentes da implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário naquela região.

Antecedentes (Disposições Contratuais)

Em junho de 2001, o Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram o Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, com o objetivo de implementar o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal. Consta, entre as metas do Marco Lógico do Programa, a “Redução do nº de consultas anuais por motivo de diarreia aguda (DDA), em crianças menores de cinco anos (meta: reduzir de 9.000 para 1.500 consultas/ano, na região de Planaltina e Sobradinho – DF)”. Procurou-se obter informações necessárias ao acompanhamento dos indicadores relativos a essa meta. No entanto, surgiram certos empecilhos, no que diz respeito à base de informações utilizada, para estabelecimento da mesma.

Após várias tentativas, sem sucesso, de mensuração e isolamento dos efeitos do indicador mencionado, a CAESB acordou com o BID que os impactos das intervenções em Mestre d'Armas seriam avaliados a partir de pesquisa de satisfação com a população beneficiada, por meio de amostragem, em substituição ao indicador de DDA, o qual se mostrou não aplicável na área. Acordou-se que a pesquisa seria realizada após a conclusão das obras naquela localidade.

Concepção e Aplicação da Pesquisa

O instrumento de coleta foi elaborado com o objetivo de mensurar a opinião dos moradores de Mestre d'Armas em relação à qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como o impacto desses serviços na vida dos moradores.

O instrumento se divide em quatro partes: a primeira levanta informações sobre o perfil dos entrevistados, tais como o sexo, o grau de escolaridade e a renda familiar; a segunda questiona sobre a condição de moradia, apresentando questões referentes ao tipo de construção da residência, o número de cômodos e o destino do lixo na região. A terceira parte aborda o entrevistado sobre os serviços da

CAESB e a satisfação com os mesmos, enquanto a quarta e última parte questiona sobre a saúde da família, antes e após a instalação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da CAESB naquela localidade.

(i)

A título de pré-teste, foi aplicada uma amostra piloto com 21 entrevistas tendo em vista avaliar a adequabilidade do instrumento de coleta e obter indicadores para o detalhamento da logística da pesquisa.

Em qualquer sistema amostral, a etapa da amostragem piloto ou preliminar é fundamental, pois, nela, se coletam dados em uma amostra prévia, para, em função dela, se ter idéia da variabilidade das características estudadas, possibilitando se chegar aos cálculos da suficiência amostral (tamanho da amostra significativo) e, principalmente, testar a eficiência do instrumento de coleta para se alcançar os objetivos da pesquisa.

Para avaliarmos a adequabilidade do instrumento de coleta em relação ao processo de entrevistas em campo, foram realizadas, no dia 17-06-2009, entrevistas em 3 regiões de Mestre d'Armas: Estância 2, Estância 5 e Recanto do Sossego, todas constantes do Quadro 01 deste documento, tendo sido observado o seguinte:

1. um tempo médio por entrevista de 9 a 14 minutos. Esta observação foi de extrema importância, pois facilitou o planejamento da pesquisa de campo completa;
2. mínima proporção de entrevistados se negou a responder o item 1.2. Apenas uma pessoa se negou a responder a data de nascimento;
3. mínima proporção de entrevistados se negou a responder o item 1.5. Apenas uma pessoa se negou a responder a Renda Familiar;
4. fácil compreensão dos itens 3.3 a 3.11 por parte dos entrevistados;
5. fácil compreensão dos itens 4.1 a 4.6 por parte dos entrevistados;
6. pouca variabilidade nas respostas dos itens 3.3 a 3.11 e 4.1 a 4.6. Este são os itens que estão diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa.

Esses fatos, observados no pré-teste, nos levaram a concluir que o instrumento de coleta estava adequado para a pesquisa de campo, sem qualquer necessidade de alteração.

Resultados da Análise

Avaliação dos serviços da CAESB

Foi aplicada a Escala Likert para avaliação da satisfação dos serviços da CAESB onde 1 = "Discordo totalmente", 2 = "Discordo", 3 = "Indiferente/não sabe opinar", 4 = "Concordo" e 5 = "Concordo totalmente". Os resultados estão a seguir:

ITEM		FREQUÊNCIA					Nível de Concordância (Média)
		1	2	3	4	5	
3.3	Os serviços de abastecimento de água (qualidade da água, continuidade no fornecimento) prestados pela CAESB estão satisfatórios.	5	4	4	195	41	4,056
3.4	Os serviços de esgotamento sanitário prestados pela CAESB estão satisfatórios.	8	20	39	153	29	3,703
3.5	O modo de faturamento utilizado pela CAESB está satisfatório.	27	65	12	119	26	3,209
3.6	O preço dos serviços da CAESB estão compatíveis com a qualidade dos serviços prestados.	10	63	23	133	20	3,361
3.7	As intervenções técnicas da CAESB, quando necessárias, são executadas de forma satisfatória.	11	21	44	148	25	3,622
3.8	A CAESB se destaca em relação a outras empresas prestadoras de serviços públicos no DF.	7	11	68	139	24	3,651
3.9	A Forma de comunicação entre CAESB/Cliente é satisfatória.	12	18	22	135	62	3,871
3.10	Tenho boas expectativas em relação aos serviços de abastecimento de água da CAESB.	4	9	3	200	33	4,000
3.11	Tenho boas expectativas em relação aos serviços de esgotamento sanitário da CAESB.	7	12	20	183	27	3,847
Fonte: Pesquisa de campo 07/2009							

(ii)

A tabela acima apresenta os itens onde se procura conhecer o nível de satisfação dos entrevistados em relação aos serviços da CAESB, associando a cor verde escuro para o nível máximo de concordância (5) e o vermelho para o nível máximo de discordância (1).

Os itens 3.3 e 3.10, que se referem ao serviço de abastecimento de água (qualidade da água e continuidade no fornecimento) e as boas expectativas dos serviços, tiveram a excelente média de 4,056 e 4,000, respectivamente. Os itens 3.4, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.11 também tiveram suas médias acima de 3,6, valor que, para este tipo de escala, é considerado alto, pois acumula, no mínimo, 20% de pontuação acima do ponto médio três (pré-estabelecido).

Já os itens 3.5 e 3.6, referentes ao modo de faturamento e ao preço dos serviços, apesar de apresentarem suas médias acima do ponto médio, não foram tão satisfatórios quanto os demais itens da tabela. Observando-se a tabela acima, notamos que, no item 3.5, 27 entrevistados discordaram totalmente da afirmativa relacionada ao modo de faturamento utilizado pela CAESB, fato que pesou para a média do item não estar na zona de cor verde escuro, próxima a 4, como ocorreu nos outros itens mencionados.

Avaliação da Saúde Familiar

TABELA 30 - AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À SAÚDE DA FAMÍLIA, E BEM ESTAR LOCAL (ESCALA LIKERT)

	ITEM	FREQUÊNCIA					Nível de Concordância (Média)
		1	2	3	4	5	
4.1	Após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário diminuiu consideravelmente a incidência de odores desagradáveis na região.	15	20	6	137	71	3,920
4.2	Após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário diminuiu consideravelmente a incidência de insetos.	5	17	9	162	56	3,992
4.3	Após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário diminuiu consideravelmente a incidência de roedores.	6	25	4	168	46	3,896
4.4	Após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário melhorou consideravelmente o aspecto visual da região.	4	5	7	165	68	4,157
4.5	Após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário diminuíram consideravelmente os casos de esgotos a céu aberto na região.	2	18	10	179	40	3,952
4.6	Após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário diminuíram consideravelmente as ameaças à qualidade de vida na região.	1	5	9	164	70	4,193
Fonte: Pesquisa de campo 07/2009							

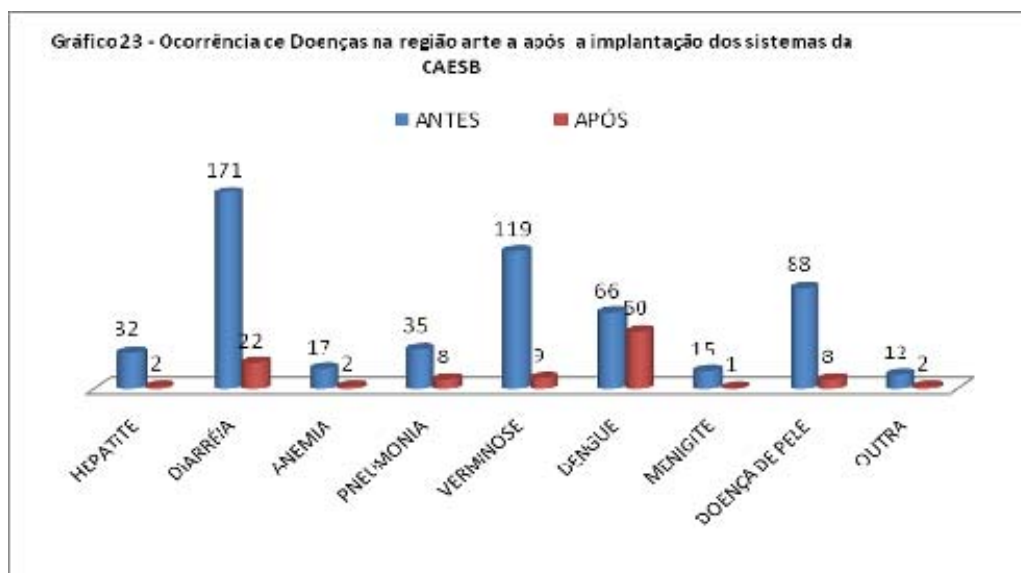
A tabela 30 apresenta os itens onde se procura conhecer o nível de satisfação dos entrevistados em relação à saúde da família e ao bem estar local, associando a cor verde escuro para o nível máximo de concordância (5) e o vermelho para o nível máximo de discordância (1).

Os resultados nessa tabela foram excelentes, pois tiveram praticamente todas as médias de seus itens na região verde e verde escuro, sendo sua maior média para o item 4.6, que se refere diretamente à diminuição das ameaças a qualidade de vida na região, após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A menor média foi no item 4.3, em que se questiona se houve redução na incidência de roedores na área, com a pontuação de 3,896.

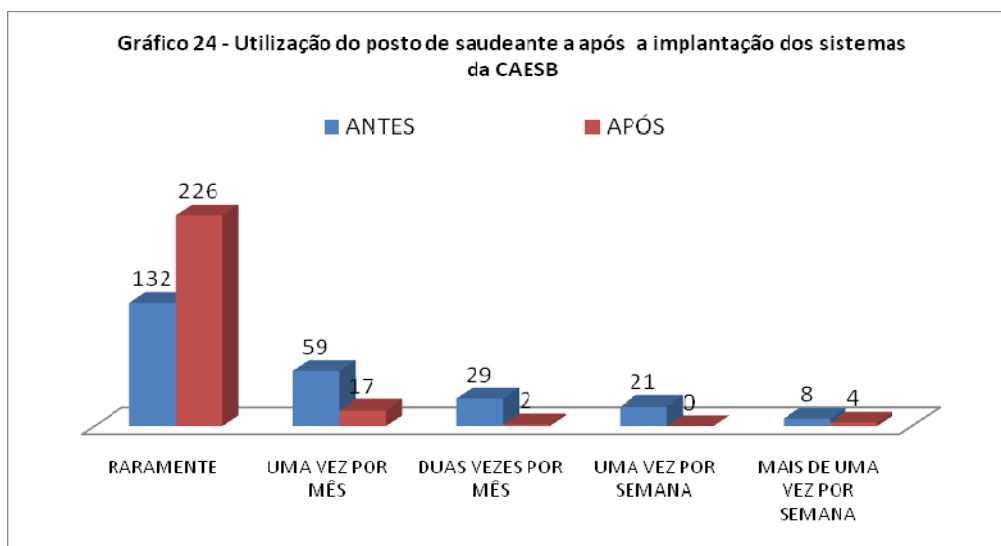
Outros resultados expressivos

Com base nas informações prestadas pelos moradores daquela localidade, houve redução na incidência de todas as doenças citadas, inclusive no que se refere à dengue, que, agora, aparece como a doença de maior incidência.

(iii)



Observando-se a diferença na frequência da utilização do posto de saúde na região, a percepção dos moradores demonstra uma queda extremamente significativa para este fenômeno. Vejamos na opção “RARAMENTE”: 132 pessoas afirmaram que utilizavam o posto “RARAMENTE” antes da implantação dos sistemas, ou seja, utilizava poucas vezes. Após a implantação, esse número de pessoas teve um acréscimo de mais de 70%. Já aqueles que afirmaram que utilizavam com uma certa regularidade, seja “UMA VEZ POR MÊS” ou “UMA VEZ POR SEMANA”, considerados casos mais críticos, tiveram redução significativa, conforme demonstra o gráfico a seguir:



Conclusões

Em relação às expectativas dos moradores de Mestre d'Armas sobre os serviços da CAESB, observou-se que, em média, foram assinaladas duas opções por entrevistado, sendo que 37 pessoas não assinalaram nenhuma. Observa-se, ainda, que a opção mais preenchida se refere ao valor da conta, ou seja, existe preocupação com possível aumento no valor a ser pago pelos serviços prestados pela Companhia.

Quanto às expectativas relacionadas aos serviços prestados pela CAESB, porém, dentro de uma escala limitada e adequada para mensuração da opinião dos entrevistados, observou-se que essa expectativa é positiva por parte dos moradores, pois, em todos os itens mensurados pela escala Likert, mais de 50% dos entrevistados assinalaram o nível de concordância 4 ou 5, correspondente à região verde dessa escala, que é o limite positivo estabelecido no intervalo.

Sobre a saúde da família, abordada na última parte do instrumento de coleta e resumida na tabela 25, os resultados foram ainda melhores: mais de 80% dos entrevistados marcaram o nível de concordância 4 ou 5 (região verde), fazendo com que a média daqueles itens ficasse entre 3,89 e 4,2, faixa que, para esse tipo de escala, é considerada excelente. Por exemplo, no item 4.3 da tabela 25, observou-se que a grande maioria dos entrevistados concorda com a afirmação de redução de roedores na região. E os casos de dengue tiveram uma redução de 24,24%, como pode ser visto na tabela 27. Vale observar que, embora a implantação do sistema de esgotamento sanitário colabore para a redução dos problemas de dengue e de incidência de roedores, não chega a ser suficiente para impedir sua existência, haja vista haver outros fatores contribuindo para esses problemas, tais como lixo, água parada, etc. Assim sendo, a sua solução foge do controle da CAESB.

Destaca-se, ainda, a queda expressiva na incidência de doenças naquele bairro, bem como na frequência de utilização do posto de saúde na região, respectivamente. Não desprezando a existência de outras variáveis que possam ter influído na melhoria da qualidade de vida da população de Mestre d'Armas, conclui-se que a implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nessa localidade trouxe, para aquelas famílias, um incremento de grande ordem no bem estar, na saúde e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população beneficiada por esses sistemas.

Conforme fotos indicativas, apresentadas em anexo, podemos verificar que os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário contribuem sobremaneira para aumentar a qualidade de vida dos moradores. Verificamos, no momento das entrevistas, uma movimentação de máquinas executando a regularização, compactação e bases para a pavimentação de vias. Este é um importante indicativo de atendimento às reivindicações dos moradores, cuja realização somente poderia ocorrer após a implantação dos sistemas de saneamento básico.

Conclui-se, portanto, à luz dessa pesquisa, efetuada dentro dos padrões das técnicas estatísticas normalmente utilizadas, e dos resultados analisados, que os beneficiários do projeto manifestam satisfação com os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, implantados com recursos do Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal, e percebem efeitos positivos significativos em relação à saúde familiar, através de redução da ocorrência de doenças e do número de visitas ao posto de saúde.

Conclusões PP. 39-40

Em relação às expectativas dos moradores de Mestre d'Armas sobre os serviços da CAESB, abordadas na tabela 17 deste documento, onde o entrevistado tinha até 13 opções para assinalar, observou-se que, em média, foram assinaladas duas opções por entrevistado, sendo que 37 pessoas não assinalaram nenhuma. Observa-se, ainda, que a opção mais preenchida se refere ao valor da conta, ou seja, existe preocupação com possível aumento no valor a ser pago pelos serviços prestados pela Companhia.

Já na tabela 24, onde se questionou também sobre as expectativas relacionadas aos serviços prestados pela CAESB, porém dentro de uma escala limitada e adequada para mensuração da opinião dos entrevistados, observou-se que essa expectativa é positiva por parte dos moradores, pois, em todos os itens mensurados pela escala Likert, mais de 50% dos entrevistados assinalaram o nível de concordância 4 ou 5, correspondente à região verde dessa escala, que é o limite positivo estabelecido no intervalo.

Sobre a saúde da família, abordada na última parte do instrumento de coleta e resumida na tabela 25, os resultados foram ainda melhores: mais de 80% dos entrevistados marcaram o nível de concordância 4 ou 5 (região verde), fazendo com que a média daqueles itens ficasse entre 3,89 e 4,2, faixa que, para esse tipo de escala, é considerada excelente. Por exemplo: no item 4.3 da tabela 25, observou-se que a grande maioria dos entrevistados concorda com a afirmação de redução de roedores na região. E os casos de dengue tiveram uma redução de 24,24%, como pode ser visto na tabela 27. Vale observar que, embora a implantação do sistema de esgotamento sanitário colabore para a redução dos problemas de dengue e de incidência de roedores, não

chega a ser suficiente para impedir sua existência, haja vista haver outros fatores contribuindo para esses problemas, tais como lixo, água parada, etc. Assim sendo, a sua solução foge do controle da CAESB.

Outros resultados expressivos constatados na análise dos dados estão nas tabelas 26 e 27, onde se destaca a queda expressiva na incidência de doenças naquele bairro, bem como na frequência de utilização do posto de saúde na região, respectivamente. Não desprezando a existência de outras variáveis que possam ter influído na melhoria da qualidade de vida da população de Mestre d'Armas, conclui-se que a implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nessa localidade trouxe, para aquelas famílias, um incremento de grande ordem no bem estar, na saúde e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população beneficiada por esses sistemas.

Com base na pesquisa de satisfação realizada em Mestre d'Armas e nas análises aqui apresentadas, atestamos que os resultados obtidos demonstram (com intervalo de confiança de 95% e margem de erro 6%) a ocorrência dos impactos relacionados a seguir.

Quanto à natureza e qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a maioria das pessoas entrevistadas destacou uma satisfação grande, pois o impacto desses serviços na vida dos moradores foi significativamente positivo.

Quanto à melhoria efetiva na saúde e na qualidade de vida da população daquela localidade obteve-se um ótimo resultado; o impacto foi a expressiva queda do número de casos de doenças, que apresenta uma diminuição de aproximadamente 80% do número total de casos, conforme demonstrado na Tabela 31.

O nível de satisfação dos usuários, após a implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no bairro Mestre d'Armas, de maneira geral, é alto, pois ocorreu um impacto direto sobre a qualidade de vida e saúde dos moradores, tendo em vista os resultados obtidos através da escala Likert demonstrados na tabela 29 deste documento.

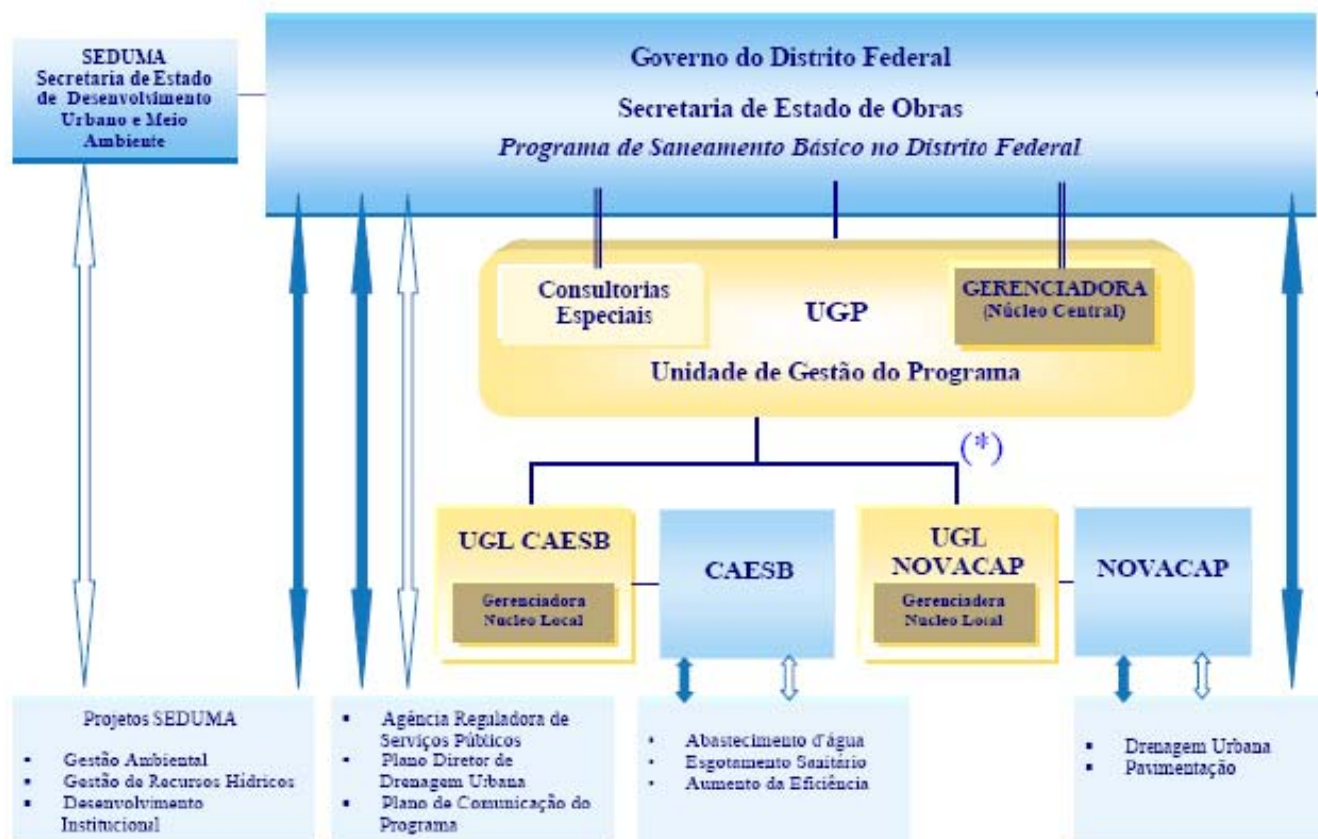
Essa pesquisa de satisfação pôde retratar os seguintes benefícios decorrentes: diminuição de odores desagradáveis; diminuição da incidência de insetos; diminuição da incidência de roedores, melhora no aspecto visual da região, redução dos casos de esgoto a céu aberto e diminuição das ameaças à qualidade de vida na região.

Finalmente, atestamos que a avaliação feita a partir da percepção da população afetada e direcionada de acordo com a observação dos aspectos objetivados para obtenção dos indicadores de resultado, mostra que tais impactos são resultantes da implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Brasília, 31 de julho de 2009.

ANEXO 6. A

Estrutura Organizacional do Programa



Fonte: UGP/SO Relatório Semestral – 1º Sem 2009, Figura 2.5 – Estrutura Organizacional do Programa, p.19

ANEXO 6.B

Estrutura do Programa

CATEGORIAS	COMPONENTES	ATIVIDADES
1- Engenharia e Administração	1.1- Estudos e Consultoria	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Plano Diretor de Drenagem; ✓ Projeto de pavimentação e drenagem e Estudos Ambientais Complementares da Etapa III do Riacho Fundo II (1); ✓ Ensaios de laboratório de avaliação de asfalto em Recanto das Emas (3).
	1.2- Supervisão e Administração	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao Gerenciamento; ✓ Programa de Comunicação (4).
2- Custos Diretos	2.1- Aumento da Cobertura e Melhoria da Administração dos Serviços de Água e Esgoto (Subprograma 1)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria e ampliação da ETA Brasília; ✓ Construção da ETA Contagem-Paranoazinho; ✓ Melhorias da Adutora de Contagem; ✓ Construção e Ampliação de Reservatórios; ✓ Construção e melhorias de redes de distribuição em diversos conjuntos habitacionais; ✓ Setorização e adequação de redes de distribuição do Lago Sul; ✓ Complementação do subsistema de abastecimento do Pipiripau.
	2.1.1- Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redes coletoras, estações elevatórias, linhas de recalque e interceptores para as localidades do Gama, Planaltina, Lago Sul e Lago Norte; ✓ Construção de ETEs e emissários finais dos sistemas Melchior e Gama.
	2.1.2- Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento Estratégico; ✓ Estudo para orientar o processo de venda das ações do capital da CAESB; ✓ Atualização do Plano Diretor de Água e Esgoto do DF.
	2.1.3- Aumento da Eficiência Administrativa	
	2.2- Controle de Erosão e Inundações (Subprograma 2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Execução das obras de pavimentação asfáltica e de drenagem pluvial nas cidades de Santa Maria, São Sebastião, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II
3- Custos Afins	3.1- Terrenos e Servidões	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de agência reguladora da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal e criação de agência distrital de recursos hídricos (ADASA – Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal) (5); ✓ Programa de Gestão dos Recursos Hídricos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Distrito Federal; Programa de Proteção e Recuperação de Nascentes e de Áreas de Cabeceiras dos Cursos d'Água do Distrito Federal; e Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. ✓ Programa de Gestão Ambiental, que incluiu o Plano de Monitoramento Ambiental da Bacia do Lago Paranoá (2): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistematização e Otimização dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental; Plano de Gestão e Preservação do Lago Paranoá e aquisição de equipamentos para suporte ao plano; e Programa de Proteção das Estações Ecológicas de Águas Emendadas (ESEC-AE) e do Jardim Botânico de Brasília (ESEC-JB) (6). ✓ Programa de Desenvolvimento Institucional da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, atual IBRAM: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação de Brigadas Voluntárias para as unidades de conservação da Estação Ecológica de Águas Emendadas e Jardim Botânico de Brasília; e Programa de Desenvolvimento de Multimeios de Educação Ambiental.
	3.2- Auditorias	
4- Sem Alocação Específica	4.1- Imprevistos	
	4.2- Reajustes	
5- Custos Financeiros	5.1- Juros	
	5.2- Comissões de Crédito	
	5.3- Supervisão	

(1) Passou a fazer parte da programação a partir de out/2002, após a não objeção do BID.

(2) Substituído pelo Plano de Gestão e Preservação do Lago Paranoá, após a não objeção do BID, e executado pela CAESB.

(3) Passou a fazer parte da programação a partir de fev/2003, após a não objeção do BID.

(4) Substituído pela Publicação do livro sobre ESEC-AE.

(5) Atividades cumpridas com a implantação da ADASA em jun/2005.

(6) A Estação Ecológica do Jardim Botânico passou a fazer parte do Programa a partir da SDP 002/2007-SO, após a não objeção do BID (CBR 3797/2007).

Fonte: UGP/SO Relatório Semestral – 1º Sem 2009, Quadro 2.3 – Estrutura do Programa, p.14

ANEXO 6 C

Quantitativos do Subprograma II

Cidade / População atendida	Serviço		Unid.	Subtotal
➤ Recanto das Emas 140.095 habitantes	Drenagem	Rede	m	111.355,6
		Galeria	m	7.334,9
	Pavimento	Terraplenagem	m ³	1.300.776,187
		Meio Fios	m	436.562,1
		Asfalto	km	298,110
➤ Riacho Fundo II 24.906 habitantes	Drenagem	Rede	m	46.551,2
		Galeria	m	3.183,4
	Pavimento	Terraplenagem	m ³	375.702,323
		Meio Fios	m	160.131,4
		Asfalto	km	118,140
➤ Samambaia 173.623 habitantes	Drenagem	Rede	m	134.629,2
		Galeria	m	2.190,3
	Pavimento	Terraplenagem	m ³	1.077.984,390
		Meio Fios	m	535.496,1
		Asfalto	km	285,660
➤ Santa Maria 84.781 habitantes	Drenagem	Rede	m	29.041,3
		Galeria	m	7.411,1
	Pavimento	Terraplenagem	m ³	920.554,410
		Meio Fios	m	323.765,3
		Asfalto	km	236,810
➤ São Sebastião 39.833 habitantes	Drenagem	Rede	m	30.728,6
		Galeria	m	-
	Pavimento	Terraplenagem	m ³	300.631,580
		Meio Fios	m	59.701,5
		Asfalto	km	85,110
TOTAL 463.238 habitantes	Drenagem	Rede	m	352.305,9
		Galeria	m	20.119,7
	Pavimento	Terraplenagem	m³	3.975.648,890
		Meio Fios	m	1.515.656,5
		Asfalto	km	1.023,830

Fonte: UGP/SO Relatório Semestral – 1º Sem 2009, Quadro 3.3.1 – Quantitativos dos Serviços executados no Subprograma II p.44

ANEXO 6 D

Ações realizadas ou em andamento para redução do índice de perdas de água de 24% para 20%

Ref.: Junho/09

Região Administrativa		Objeto	Situação	Período de Conclusão
XI	Cruzeiro	Impermeabilização emergencial do Reservatório RAP-CZ1	concluída	ago/04
VI	Planaltina	Recuperação do Tanque de Contato e Implantação de BY-PASS na ETA Vale do Amanhecer		set/04
VIII	Núcleo Bandeirante	Setorização/Adequação de rede - Núcleo Bandeirante e adjacências		jun/05
III	Taguatinga	Recuperação e impermeabilização dos Reservatórios RAP-TS1 e REL-TS1		mar/06
XIII	Santa Maria	Recuperação do Reservatório do Residencial Santos Dumont		fev/07
V	Sobradinho	Recuperação dos Reservatórios RAP-SO1, RAP-SO3, RAP-SO4 e REL-SO1	em andamento	ago/09
IX	Ceilândia	Recuperação do Reservatório Apoiado M-Norte N° 1 (RAP-MN1)		jan/10
		Recuperação do Reservatório Apoiado M-Norte N° 2 (RAP-MN2)		nov/09
XI	Cruzeiro	Recuperação do Reservatório RAP-CZ1		ago/09
XII	Samambaia	Recuperação do Reservatório Apoiado N° 1 (RAP-SA1)		nov/09
XVIII	Lago Norte	Recuperação do Reservatório N° 1 (RAP-LN1)		nov/09
		Setorização e Adequação de Redes		set/10
VII	Paranoá	Implantação de sistema de recuperação da água de lavagem dos filtros e de desidratação do lodo da ETA-Paranoá	em licitação	dez/09
II	Gama	Setorização/Adequação e Substituição de Redes	a licitar	jun/10
XIII	Santa Maria	Impermeabilização do RAP-ST1 e REL-ST1		mai/10
III	Taguatinga	Substituição de Rede de Água nas Quadras QSF 01 a 11		abr/10
IX	Ceilândia	Recuperação do Reservatório de Água de Lavagem dos Filtros da ETA-RD		mar/10
IX	Ceilândia	Recuperação dos Reservatórios Apoiado N° 1 (RAP-CE1) e Elevado N° 1 (REL-CE1)		nov/10

ANEXO 7

INSTITUIÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

O DF em números

População: (2009)	2.455.903 habitantes
Densidade Demográfica:	354,3 hab/Km ²
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):	0,844 (0-1)
Analfabetismo:	4,35%
Altitude:	1.172 m ²
Temperatura média anual:	21°C
Umidade relativa do ar:	40 a 70%

Empresas Públicas do Governo do Distrito Federal

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Institucional

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB é uma empresa pública de direito privado, regida pela Lei das Sociedades Anônimas.

A CAESB poderá desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, planejando, projetando, executando, ampliando, remodelando, administrando, operando e mantendo os sistemas de abastecimento de água; de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, e de captação de águas pluviais.

A Companhia tem competência para desapropriar, desocupar, recuperar, isolar, proteger e conservar áreas de preservação de mananciais utilizados ou reservados para fins de abastecimento público, bem como para controlar as ações poluidoras de suas águas, inclusive além dos limites de sua concessão, nas hipóteses em que tenha concorrido para tal.

A Companhia é também autorizada a participar de empreendimentos de múltiplas finalidades, visando ao progresso sócio-econômico das áreas de sua atuação, podendo constituir e/ou subscrever capital de outras sociedades, inclusive subsidiárias, consorciar-se com outras empresas, na forma da Lei.

Atualmente, a CAESB atende 2,17 milhões de pessoas com serviços de abastecimento de água e 2,03 milhões com serviços de esgotamento sanitário, o que corresponde, respectivamente, a 99% e 93% da população regularmente instalada no Distrito Federal.

Histórico

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, criada com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, pelo Decreto-Lei nº 524, de 08 de abril de 1969, é uma empresa pública de direito privado, regida pela Lei das Sociedades Anônimas.

Por meio da Lei 2.416, de 06.07.99, a CAESB passou a ser denominada Companhia de Saneamento do Distrito Federal e teve ampliado o seu mercado no que diz respeito à diversificação de produtos, podendo atuar em todo território nacional. Além disso, foi criada a possibilidade de realizar a abertura de seu capital social.

Em 18 de janeiro de 2005, a Lei nº 3.559 alterou a Lei nº 2.416, mudando a denominação da empresa para Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, ampliando a área de atuação da empresa para outros países, bem como incluindo, em suas competências, a possibilidade de prestar serviços na área de resíduos sólidos.

Desde então a empresa não parou de crescer, acompanhando a expansão da cidade. Hoje a CAESB opera seis grandes sistemas e 24 sub-sistemas de abastecimento de água e 17 sistemas de coleta e tratamento de esgotos, que fazem do Distrito Federal um exemplo de saneamento básico para todo o país.

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) foi criada através de lei, em 19 de setembro de 1956, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. A finalidade única era gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil.

Em 21 de abril de 1960, a Capital foi inaugurada, entretanto muita coisa ainda deveria ser feita para que a cidade tivesse condições de ser a Capital do País, efetivamente.

Com este objetivo, a Novacap continua existindo, como uma empresa pública de Economia Mista, tendo como sócios a União e o Governo do Distrito Federal, com 48% e 52% de ações, respectivamente.

Por ser uma empresa do Governo do Distrito Federal, a Novacap é o principal braço executor das obras de interesse do Estado, e sua vinculação é direta com a Secretaria de Obras.

A Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA

A Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (ADASA) foi criada pela Lei N° 3.365, de 16 de junho de 2004, como uma autarquia, órgão independente, dotado de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, tendo como finalidades básicas, regular, controlar, fiscalizar a qualidade e quantidade das águas dos corpos hídricos de domínio distrital ou delegado pela União e Estados.

O Distrito Federal tem atribuições de Estado e de Município. Essa característica torna a ADASA a única agência reguladora do Brasil que atua na regulação simultânea do bem natural água (atribuição do Estado) e dos serviços de saneamento básico (atribuição do município). A ADASA acompanha, regula e fiscaliza o ciclo completo do uso da água, com especial atenção na sua retirada e na devolução ao corpo hídrico.

No Distrito Federal, a responsabilidade pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Cabe à ADASA a responsabilidade de definir regras e condições para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ofertados, bem como fiscalizar sua qualidade e o desempenho do prestador dos serviços.

É fundamental o envolvimento e a participação da sociedade para garantir a qualidade e o atendimento a todos os cidadãos, com tarifas moderadas e equilíbrio econômico-financeiro da prestadora de serviço. A ADASA busca disseminar o conceito de água como um bem econômico, de expressivo valor e que necessita ser protegido e gerenciado com eficiência e eficácia.

LEI N° 3.365, DE 16 DE JUNHO DE 2004 DODF DE 17.06.2004 REPUBLICADA NO DODF DE 28.06.2004
(REGULAMENTADA - [Decreto nº 25.509 de 19 de janeiro de 2005](#))

Cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA/DF e dá outras providências.

1. Missão

Promover a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos e a qualidade dos serviços de saneamento básico, em benefício da sociedade

2. Finalidade básica

Cabe à Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA:

- Regular, controlar, fiscalizar, com poder de polícia, a qualidade e quantidade dos corpos de água, superficiais ou subterrâneos, fluentes, emergentes, contidos ou acumulados, de domínio distrital ou delegados pela União e Estados, bem como os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal.
- Disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos das Políticas de Recursos Hídricos e de Saneamento do Distrito Federal.

3. Recursos hídricos

As terras elevadas do Distrito Federal abrigam as nascentes de três bacias hidrográficas de expressão continental: Paraná, Tocantins-Araguaia e São Francisco, bem como abrigam os sistemas hídricos subterrâneos dos domínios poroso e fraturado.

Para melhor desenvolver suas atividades, e exercer suas atribuições conferidas por lei, atua de maneira descentralizada e participativa dos usuários e comunidades, adotando as bacias hidrográficas como unidade físico - territorial de planejamento e gerenciamento.

A ADASA busca disseminar, por meio de ações efetivas, o conceito de água como um bem econômico, de expressivo valor, sujeito a conflitos entre seus usuários potenciais, considerando seu relevante papel social e que necessita ser protegido e gerenciado com eficiência e eficácia.

4. Saneamento básico

Compete à ADASA exercer as atividades de regulação, controle e fiscalização sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos estabelecidos na Lei nº. 3365/2004, cuja prestação dos serviços foi concedida à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, mediante a celebração do Contrato de Concessão nº. 001/2006.

4.1 Concessões de serviço de água e esgoto

Em 23 de fevereiro de 2006, foi assinado o Contrato de Concessão nº 001/2006 - ADASA entre a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

Esse contrato regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço esse constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário, objeto da concessão de que é titular a CAESB, para toda a área do Distrito Federal, consoante o que estabelece a Lei do Distrito Federal nº 2.954, de 22 de abril de 2002.

4.2 Regulação econômico-financeira

4.3 Competências da Superintendência de Regulação Econômica e Financeira

De acordo com o Regimento Interno da ADASA compete a Superintendência de Regulação Econômica e Financeira - SREF executar as atividades relacionadas à regulação econômica e financeira dos usos dos recursos hídricos e do serviço de distribuição de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal, especialmente no que se refere a:

- a) elaborar normas para disciplinar os regimes tarifários relativos aos serviços de saneamento básico, de forma a assegurar a eficiência, a equidade, o uso racional dos recursos naturais e o equilíbrio econômico-financeiro da sua prestação;
- b) Coordenar a realização dos processos de reajuste tarifário anual e revisão tarifária periódica, em conformidade com o estabelecido nos contratos de concessão;
- c) realizar os estudos necessários à elaboração e proposição de normas que estabeleçam subsídios tarifários aos usuários residenciais de baixa renda; e
- d) executar as atividades relacionadas ao processo de regulamentação, normatização e padronização dos procedimentos contábeis, econômicos e financeiros.

4.5 Fiscalização

Competências da Superintendência de Fiscalização do Serviço de Saneamento:

De acordo com o Regimento Interno da ADASA compete a SFSS executar as atividades relacionadas à fiscalização do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a fiscalização econômico-financeira dos contratos de concessão Fiscalizar o cumprimento das normas e procedimentos técnicos, contábeis, econômicos - financeiros e de gestão corporativa, de acordo com os regulamentos da ADASA/DF, legislação vigente e superveniente;

- Supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação vigente sobre os serviços de saneamento básico, inclusive com vistas à garantia do atendimento dos padrões de segurança das obras e dos serviços por parte dos agentes;
- Propor normas para disciplinar os trabalhos de fiscalização técnica e econômico-financeira e de aplicação de penalidades;
- Fiscalizar, com poder de polícia, os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal e as tarifas a eles relativas;
- Fiscalizar e monitorar as diversas atividades desenvolvidas pelos agentes no que se refere à parte econômica e financeira e de gestão;

- Fiscalizar e acompanhar o atendimento dos requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, qualidade, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na prestação dos serviços;
- Analisar e anuir os pleitos dos agentes que tratam de compromissos econômicos – financeiros;
- Fiscalizar a prestação de contas anuais dos agentes;
- Aplicar as penalidades por infrações cometidas pelos agentes;
- Exercer os controles gerais dos processos de fiscalização e das atividades dos prepostos e conveniados.

4.6 Planejamento Estratégico

A Lei nº 3.365, de 16 de junho de 2004, no inciso VII do art. 21, estabelece que a Diretoria Colegiada deva promover o desenvolvimento e implementação do planejamento estratégico no modelo de administração da Agência.

Para atender esta responsabilidade, no final de 2005 foi iniciado os trabalhos para a concepção do planejamento estratégico cujo resultado final identificou os principais projetos prioritários administrativos e finalísticos de competência da ADASA. No ano seguinte, após as revisões desses projetos, foram definidos novos estudos e projetos para o biênio 2006/2007 que, dentre eles destacam-se:

- Implantação da rede de monitoramento de recursos hídricos – águas superficiais e subterrâneas;
- Cadastramento dos usuários de recursos hídricos
- Revisão tarifária periódica da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb);
- Desenvolvimento, implantação e manutenção do Sistema e Informação de Recursos Hídricos (SIRH);
- Contratação de laboratórios para análise da qualidade da água bruta, tratada e servida.
- Estratégia para cadastramento e modelagem de outorga e lançamento de efluentes
- Prestação de serviços técnicos de apoio as atividades de fiscalização do uso de recursos hídricos nos Termos de Ajustes de Conduta – TAC's.

4.7 LEI Nº 4.285, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2008.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)
Reestrutura a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal –ADASA/DF, dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 5º. São áreas de competência da ADASA:

I – recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
II – saneamento básico, entendido como o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável;
- b) esgotamento sanitário;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

III – gás canalizado;

IV – as de competência originária federal em:

- a) serviços e instalações de energia elétrica;
- b) petróleo e seus derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes.

Parágrafo único. Outras áreas de competência poderão ser delegadas à ADASA na forma da lei.

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM)

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) foi criado em 28 de maio de 2007 por meio da Lei nº 3.984, para ser o órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no Distrito Federal.

O IBRAM possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial podendo, dessa forma, celebrar contratos, acordos e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, e cooperativas. **Foi constituído como uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma).**

Missão do IBRAM

A criação do IBRAM tem como meta principal propiciar o desenvolvimento sustentável da região de forma a garantir à população os benefícios alcançados pelo crescimento econômico, sem pôr em risco a qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal.

Plano de Manejo para ESEC-AE e EEJBB

27/04/2009

A Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) e a Estação Ecológica do Jardim Botânico (EEJBB) passam a fazer parte de um seletor grupo de unidades de conservação brasileiras que têm Plano de Manejo.

As empresas consorciadas Geo Lógica e Ecotech realizaram na última sexta-feira, dia 24 de abril, o último treinamento dos servidores da ESEC-AE. Agora as ações de gestão e preservação são planejadas dentro das prioridades e metas estabelecidas ao longo do processo participativo de elaboração dos Planos de Manejo.

Durante um ano foram realizadas intensas atividades que contaram com a participação de diferentes atores sociais. Organizações da sociedade civil, universidades, instituições públicas federais e distritais, Ministério Público, Polícia Ambiental, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, produtores rurais, empresários e a comunidade em geral puderam apresentar preocupações, sugestões e, também, firmar parcerias em que cada entidade, dentro da sua possibilidade, poderá contribuir para a preservação das duas unidades de conservação.

Outro ponto inovador foi a proposta de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental-SGA. A Metodologia de Implantação de SGA em Unidades de Conservação é baseada nas normas da ABNT, NBR ISO 14.001/04, conforme publicação do SEBRAE (2007).

O Sistema deverá organizar e normatizar todas as atividades desenvolvidas nas Estações, tais como administração, pesquisa científica, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, proteção e fiscalização, previstas nos Programas de Manejo.

A ESEC-AE e a EEJBB, quando implantarem o SGA, poderão ser as primeiras unidades de conservação no Brasil certificadas com a ISO 14.001, se tornando modelo de gestão para outras áreas protegidas.